



Inédito

O texto proibido na revista *Veja* sobre a morte de Vladimir Herzog



ZERO

Ano XIX
Número 5
Curso de Jornalismo
da UFSC
Florianópolis,
22 de julho de 2004

É O APAGÃO, É UM CICLONE OU O TARIFAÇO?

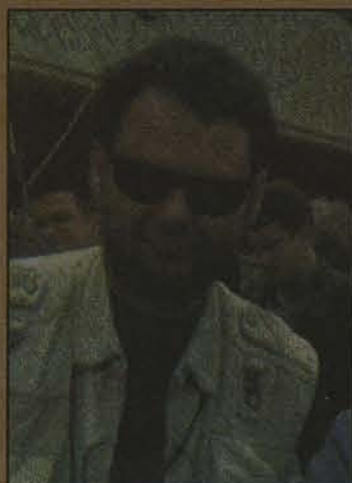
INSURREIÇÃO E JUSTIÇA

Os dez dias de manifestações populares que culminaram na redução das passagens de ônibus em Floripa



Entrevista

Sérgio Dávila: "Iraque foi o divisor de águas da minha carreira"



Entrevista

Juca Varela: "Havia noite que eu achava que não ia amanhecer vivo"



O naufrágio que vai virar museu

Certificado de competência

Jornalismo da UFSC conquista prêmio nacional que reconhece a excelência do trabalho em área específica

O comentarista esportivo Jorge Kajuru já está acostumado com polêmicas e a enfrentar processos, que já somam mais de 100 – só em São Paulo são mais de 30, segundo a revista *Consultor Jurídico*. Ele acredita que “virou mania” processá-lo, e garante gastar cerca de R\$ 27 mil mensais com o pagamento de advogados. Sem nunca ter processado alguém, Kajuru declara que a arma que usa para criticar e se defender é o espaço que tem na imprensa. No começo de maio, Kajuru protagonizou outra polêmica. Foi suspenso por uma semana do programa *Esporte total*, na Rede Bandeirantes. Na ocasião, a emissora alegou que estava dando uma folga ao comentarista, alegando que ele estaria se queixando de cansaço. O colunista Daniel Castro, da *Folha de São Paulo*, não acredita na versão da empresa: o jornalista teria sido suspenso por comentar a lavagem de dinheiro no futebol no programa semanal *Show de bola*.

Na noite do dia 2 de junho, minutos antes do jogo Brasil e Argentina, no estádio do Mineirão, Kajuru apresentou o programa *Esporte total* ao vivo de Belo Horizonte e não poupou críticas ao que considerou falta de organização e excesso de privilégios no evento. “Toda a imprensa tinha conhecimento que somente 42 mil ingressos foram destinados ao grande público. E que mais de 10 mil ingressos-convite estavam nas mãos do governador Aécio Neves (PSDB) e de Ricardo Teixeira, presidente da CBF”, criticou. “Quando eu passei a ver de perto”, acrescenta, “a revolta dos torcedores deficientes físicos que não podiam ter acesso ao portão que sempre foi para entrada exclusiva deles e que, naquele jogo Brasil e Argentina, estava destinado a artistas, políticos e seus acompanhantes, aí sim comecei a mostrar ao vivo o que estava acontecendo. Fiquei indignado”.

Às 20h30min, Kajuru se dirigiu a um torcedor na cadeira de rodas, que apontava uma carteirinha e, aos gritos, dizia que era uma lei federal e que ele deveria ter prioridade para entrar. O jornalista não perdeu tempo: “Mais um conflito que você vai ver logo depois do primeiro intervalo do *Esporte total*!” Kajuru não voltou para o segundo bloco. Sem maiores explicações foi retirado do ar e uma semana depois acabou demitido da empresa onde trabalhou por quatorze meses. Na nota em que explicou o seu afastamento da emissora, não teve críticas diretas a Bandeirantes: “À Band deixo a minha compreensão de que mundo econômico é assim mesmo: um conflito permanente da liberdade de imprensa, neste Brasil mais chegado à liberdade de empresa e de autoridade. Nesses 30 anos de carreira perdi muitas coisas em função da postura mas felizmente duas coisas eu não vou perder jamais: a minha dignidade e o meu direito pleno de indignar as coisas erradas. Essas duas coisas pertencem a mim, não estão em contrato e ninguém pode me tirar”, garante. Do público se despede com a ironia habitual: “Até a próxima demissão”.

Demitidos sem justa causa – O jornalista Alberto Dines deixou de assinar sua coluna no *Jornal do Brasil*. A decisão foi comunicada por e-mail enviado por José Antonio Nascimento Brito, presidente do Conselho Editorial do *JB* na sexta-feira, dia 11 de junho. “Ele deixou claro que fui suspenso por causa de um artigo que escrevi para o Observatório da Imprensa”, declarou Dines ao site *Comunique-se*.

No texto “A imprensa sob custódia”, Dines faz uma crítica feroz da cobertura realizada pelos principais jornais do Rio, principalmente a do *Jornal do Brasil*, sobre a omissão do governo do Estado em relação à Casa de Custódia de Benfica, onde houve uma rebelião de presos. “O *JB* abdicou de fazer jornalismo. Parece jornal, tem periodicidade de jornal, tem os atributos formais de um jornal, tem uma história incorporada ao jornalismo brasileiro, mas neste momento é movido por dinâmica e prioridades diferentes das de um jornal. Pode até estar reinventando o jornalismo, mas este não é o jornalismo do qual foi um dos expoentes e continua sendo praticado pela maioria dos seus concorrentes”, escreveu. Dines ainda acrescenta: “Neste dia crucial, o *JB* fez o balanço do caso com uma chamada insignificante na parte inferior da primeira página! Ao lado, com destaque dez vezes maior, para satisfazer o enorme contingente de *socialites* que devoram suas colunas sociais, enorme foto de uma carioca friorenta ostentando um casquinho básico. Antes assim, poderia estar falando em brioches”. O jornalista acredita ter sido “censurado em todos os sentidos”. E emenda: “Não inventei nada, não foi notícia de bastidor, mas sim analisei a forma como a cobertura foi feita. Fiz um trabalho técnico”, explica. O editor-executivo do *JB*, Marcos Barros Pinto, diz que o colunista fez uma análise incorreta do jornal. “Se ele considera tudo aquilo deste jornal, não deveria nem trabalhar nem receber dele. Como ele não tomou a iniciativa de deixar a empresa, a direção do *JB* tomou por ele”.

A decisão do *JB* provocou críticas acaloradas na lista de discussão da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, Abraji. O jornalista James Górgen questiona a imobilidade aparente dos colegas frente ao caso. “Pré-capitalismo só pode resultar em pré-jornalismo. Onde vamos parar? Que liberdade de imprensa é essa? Vamos continuar dizendo que a truculência contra jornalistas parte apenas do governo? Vamos lutar por uma lei de acesso à informação pública quando estamos retrocedendo inclusive na simples manifestação de opinião? Se as entidades que ajudamos a construir não têm coragem de se posicionar e preferem o silêncio cômodo, acho que vamos ter que fazer individualmente”. Górgen acredita que nenhum jornalista tenha coragem de justificar mais essa arbitrariedade. “Mas quem tem coragem de denunciá-la? Por que os berros quando o Estado age de forma truculenta e resmungos abafados quando o forrobodó é no nosso quintal?”, critica.



No ano em que comemora o seu 25º aniversário o Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi mais uma vez reconhecido como um dos melhores do país: ven-

ceu o prêmio Luis Beltrão, conferido pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), na categoria Instituição Paradigmática. O curso chegou à fase final concorrendo com a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI). O anúncio dos vencedores do concurso 2004 foi feito na tarde do dia 16 de junho e a entrega dos diplomas e troféus será em setembro durante o XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, promovido pela Intercom, em Porto Alegre.

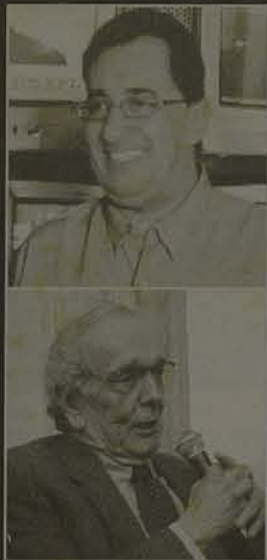
Instituído em 1997, o prêmio Luiz Beltrão pretende homenagear os pioneiros da pesquisa científica em comunicação no Brasil; sinalizar às novas gerações, reconhecendo a excelência do trabalho realizado nas universidades por docentes e pesquisadores; e destacar as entidades que fomentam estudos ou desenvolvem projetos de comunicação relevantes para o desenvolvimento sócio-cultural.

A categoria Instituição Paradigmática é voltada a cursos, departamentos, escolas, empresas, sindicatos, ONGs, entre outros, que se destacam em programas de pesquisa da comunicação. Entidades como a Cinemateca Brasileira, a Oboré Comunicações e Artes e a Editora Vozes venceram em edições anteriores. A UFSC já foi contemplada em outras categorias do Luiz Beltrão. Em 1998, o ex-professor e jornalista Moacir Pereira, um dos fundadores do curso conquistou a de Maturidade Acadêmica e o professor Eduardo Meditsch venceu a de Liderança Emergente no ano passado.

Os candidatos ao prêmio, em cada uma das categorias, são indicados anualmente pela comunidade acadêmica da área, cabendo a decisão final a um júri presidido pelo fundador da Intercom, Prof. Dr. José Marques de Melo. Integram esse colegiado, composto por 16 personalidades, os antigos e o atual presidente dessa associação, bem como os vencedores da categoria maturidade acadêmica em anos anteriores (Moacir Pereira, Sérgio Caparelli, Sérgio Mattos, Muniz Sodré, Antônio Costella e Carlos Eduardo Lins e Silva).

Luiz Beltrão foi o primeiro doutor em Ciências da Comunicação do Brasil. Pernambucano, nascido em agosto de 1918, formou toda uma geração de professores e pesquisadores da comunicação. Foi o fundador do primeiro centro acadêmico nacional de estudos midiáticos - o Instituto de Ciências da Informação da Universidade Católica de Pernambuco - e editor da primeira revista brasileira de ciências da comunicação.

Imprensa dá tiro no pé ao demitir jornalistas incômodos



Kajuru, Dines: combativos

Vanessa Clasen

Wellington Campos

ZERO

ANO XIX – Nº 5 – JULHO 2004 – CURSO DE JORNALISMO – UFSC – CCE – JOR Jornal-laboratório do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina **Apoio:** LabFoto, LabInfografia **Colaboração:** Editora Abril, Juca Varella, Pedro Valente, Projeto de Arquitetura Subaquática, Zé Lacerda **Copy-writer:** Bruna Flores, Camille Bropp, Ricardo Barreto, Rafael Carvalho, Vanessa Clasen **Direção de Arte e de Redação:** Jornalista e professor Ricardo Barreto **Editores-assistentes:** Bruna Flores, Rafael Carvalho, Wendel Martins, Upiara Boschi **Secretaria de Redação:** Bruna Flores **Serviços editoriais:** Comitê de Mídia Independente, Comunique-se, *Folha de São Paulo*, Google, Observatório de Imprensa, *O Estado de São Paulo*, Veja on-line, Sítio oficial do PPS, Stock Photos **Edição:** Camille Bropp, Fabiano D'Ávila, Leda Malysz, Sarah Castro **Editoração eletrônica, produção gráfica e circulação:** Wendel Martins **Tratamento de imagens:** Wendel Martins **Fotografia:** Alexandre Brandão, Fernando Angeoletto, Wellington Campos **Laboratório fotográfico:** Wladimir D'Andrade **Textos:** Carolina Dionísio, Camille Bropp, Emília Chagas, Fernando Angeoletto, Giselle Tiscoski, Marco Brito, Vanessa Clasen, Wellington Campos **Impressão:** Diário Catarinense **Redação:** Curso de Jornalismo (UFSC-CCE-JOR), Trindade, CEP 88040-900, Florianópolis, SC **Telefones:** 55(48) 331-6599, 331-9490, 331-9215 **Fax:** (48) 331-9490 **Sítio:** www.zero.ufsc.br **Webmaster:** Tadeu Martins **E-mail:** zero@cce.ufsc.br **Circulação:** Nacional, gratuita e dirigida **Tiragem:** 5.000 exemplares



Melhor Peça Gráfica
I, II, III, IV, V e XI Set Universitário - PUC-RS
88, 89, 90, 91, 92 e 98

e-ZERO

3º Melhor
Jornal-laboratório do Brasil
ExpoCom 94

Melhor Jornal-laboratório
1º Prêmio Foca
Sind. dos Jornalistas de SC -2000



Vitória do povo: a cobertura completa das manifestações que pararam a capital catarinense, mas não evitaram bombas, cassetetes, balas de borracha e hostilidade contra os cidadãos desassistidos

Os dez dias que abalaram Florianópolis

Piquetes, fechamento de ruas e pontes nas manifestações contra o aumento das tarifas

4 a 4: voto de minerva é contra o povo

No dia 22 de junho, o Conselho Municipal de Transportes aprovou reajuste de 15,6% no preço das passagens de ônibus da grande Florianópolis. O aumento entrou em vigor a partir da meia noite do dia 28 de junho e tornou a tarifa uma das mais caras do país. Desde então, usuários do transporte coletivo realizaram diariamente protestos e passeatas. Para o Conselho decidir sobre o aumento, era preciso a finalização da perícia exigida pelo Ministério Público, sobre a planilha de custos das empresas de ônibus. O estudo foi entregue no domingo (20/6) e o Núcleo de Transportes da Prefeitura, convocou a reunião para terça-feira (22/6). A votação empatou em quatro votos favoráveis ao aumento (Núcleo de Transportes, Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, empresas de ônibus e representante dos taxistas) e quatro contra (dois da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias, representante das empresas de fretamento e do Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Urbano de Florianópolis). O presidente do Conselho desempatou a favor do reajuste. "Vamos fazer de tudo para que o valor das passagens seja reduzido", disse o presidente da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (Ufec), Modesto Azevedo. (WC)

Ao som de "não sou baderneiro, só não quero que roubem meu dinheiro", cerca de quatro mil usuários do transporte coletivo de ônibus na grande Florianópolis fecharam as principais ruas de acesso ao novo Terminal Integrado do Centro (Ticen) para protestar contra o reajuste de 15,6% no preço das tarifas, efetivado no dia 28 de junho. A manifestação, que começou às sete horas da manhã no bairro de Canasvieiras, durou mais de 15 horas e só foi interrompida às dez da noite na porta da Câmara de Vereadores, depois que os políticos se comprometeram a discutir o problema com a prefeita Ângela Amin (PP). Estudantes de escolas e universidades públicas e particulares, trabalhadores e outros usuários do sistema participaram da mobilização. Essa foi apenas a primeira de uma série de manifestações que tomou conta da capital catarinense entre o final de junho e o início de julho.

De meio-dia até as 19h30 nenhum ônibus entrou ou saiu do Ticen. Os manifestantes impediram os veículos de circular pelas ruas e avenidas próximas ao Terminal, criando um enorme congestionamento no centro da cidade. Uma fila de ônibus foi formada em frente ao Terminal Rodoviário Rita Maria. Pessoas ligadas a associações de moradores, ao Movimento pelo Passe Livre e outros usuários protestaram contra o aumento de 15,6% no preço das passagens. Grande parte dos manifestantes eram estudantes que, além de reclamar do reajuste nos preços das tarifas, também protestaram em favor do passe livre. "Nossa manifestação é pacífica. Estamos lutando contra o aumento da tarifa de ônibus que se tornou a mais cara do Brasil", diz Marcelo Pomar, um dos coordenadores do movimento.

Por volta das 16 horas dois oficiais de Justiça chegaram ao Ticen com um mandado exigindo a liberação do local. O documento foi ratificado pelo juiz Élio do Vale Pereira a pedido do advogado Elias Sombrio, da Cotisa - empresa que administra os terminais municipais de ônibus em Florianópolis. Mesmo com o mandado judicial determinando a liberação do terminal e das vias públicas, o protesto continuou. Os manifestantes permaneceram no local e a polícia evitou usar a força já que a maioria dos manifestantes eram jovens estudantes entre 15 e 16 anos.

O aglomerado de pessoas que se formou nas imediações do centro, atrapalhou não só o deslocamento dos ônibus, motoristas também tiveram que enfrentar um mega-engarrafamento. O trânsito foi então modificado pela Polícia Militar (PM) para que os condutores pudessem circular pela região utilizando trajetos alternativos. O protesto estava calmo até as 16h30 quando um



Manifestantes apontam soluções e dormem o sono dos justos

dos manifestantes foi atropelado em frente ao Terminal Rita Maria. O motorista do carro, nervoso por causa da corrente de estudantes que cercavam o veículo e impediam o seu deslocamento, deu uma ré inesperada e atropelou o estudante. Revoltados com a atitude do motorista, manifestantes quebraram os vidros do carro e xingaram o condutor. A polícia militar apareceu em seguida e acabou com a confusão dispersando os manifestantes do local. Devido às manifestações, a Prefeitura criou, emergencialmente, pontos de ônibus alternativos pelo centro da cidade para atender a população.

Uma multidão de curiosos que tentava voltar para casa depois do trabalho acompanhava os protestos. Às 18 horas, depois de mais de quatro horas cercando as entradas do Terminal, o grupo que coordenava o protesto se reuniu para definir uma ação já que os ônibus vol-

taram a circular, só não passavam pelo Ticen. Parte deles se posicionou por uma passarela rumo à Câmara dos Vereadores, enquanto os outros queriam fechar uma das entradas da ponte Colombo Sales - que sai da Ilha de Florianópolis e dá acesso ao continente. Às 18h25 os estudantes seguiram rumo à ponte. O acordo com a PM, de usar somente uma pista, foi rompido às 18h35, e o grupo ficou 40 minutos sentado no asfalto interditando o movimento nas quatro pistas. Para amenizar o problema, os policiais liberaram duas pistas da Ponte Pedro Ivo para saída da Ilha e duas para entrada.

A ponte só foi liberada por volta da 19h15, após acordo entre os estudantes e a PM, que não quis usar a força para conter os manifestantes. Depois disso, os estudantes cruzaram o Ticen rumo à Câmara de Vereadores, onde foram surpreendidos pelos policiais militares. Em princípio, os PMs não permitiram a entrada dos manifestantes que protestavam pelo passe livre, pela redução da tarifa e pela criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a base de cálculos das tarifas.

A funcionária pública Maria da Glória Brigidos, de 58 anos, apesar de estar com um pé machucado e ter chegado à manifestação às 13 horas, ficou até o final e era uma das mais indignadas. "Não posso reclamar do meu salário, estou aqui pelos estudantes que não têm condições de pagar uma tarifa tão cara", enfatiza.

Depois de muita confusão os estudantes conseguiram ingressar na Câmara, mas não tiveram acesso aos gabinetes. Cinco dos 21 vereadores decidiram descer, conversar e tentar acalmar os manifestantes que invadiram a Câmara: Nildomar dos Santos (PC do B), Márcio de Souza (PT), João da Bega (PMDB), Lázaro Daniel (sem partido) e Marcílio Ávila (PP). Os estudantes interrogaram os vereadores a respeito do aumento nas tarifas do transporte público, CPI do transporte e reajuste salarial para vereadores e para a prefeita. O primeiro a falar foi Márcio de Souza que elogiou o movimento e explicou que a Câmara não interfere no reajuste das tarifas. "A decisão é do Conselho Municipal de Transporte, que se reúne e apresenta uma proposta para a prefeita". Ele propôs uma reunião com a prefeita e representantes do Núcleo de Transporte para discutir o aumento nas tarifas. Quanto a uma CPI do Transporte, Souza explicou que são necessárias sete assinaturas para dar início ao processo. Mas por enquanto, apenas outros cinco vereadores aprovaram a ideia: Lázaro, Nildão, Piazza, João da Bega e Chicão.

Wellington Campos

Para técnicos é impossível baixar

Planilhas, notas fiscais e decisões judiciais: burocracia contra diminuição das passagens

"Não se pode alterar o valor da nota fiscal". Essa foi a resposta de Jucélia Momm, gerente do Núcleo de Transportes quando questionada se as planilhas de custos seriam novamente abertas como chegou a ser cogitado pelo movimento estudantil. Momm acha improvável que a prefeitura ceda aos apelos dos estudantes que afirmam só parar com os protestos públicos quando a tarifa voltar aos valores aplicados até o dia 22 de junho. As tarifas, segundo a gerente, já têm preços promocionais.

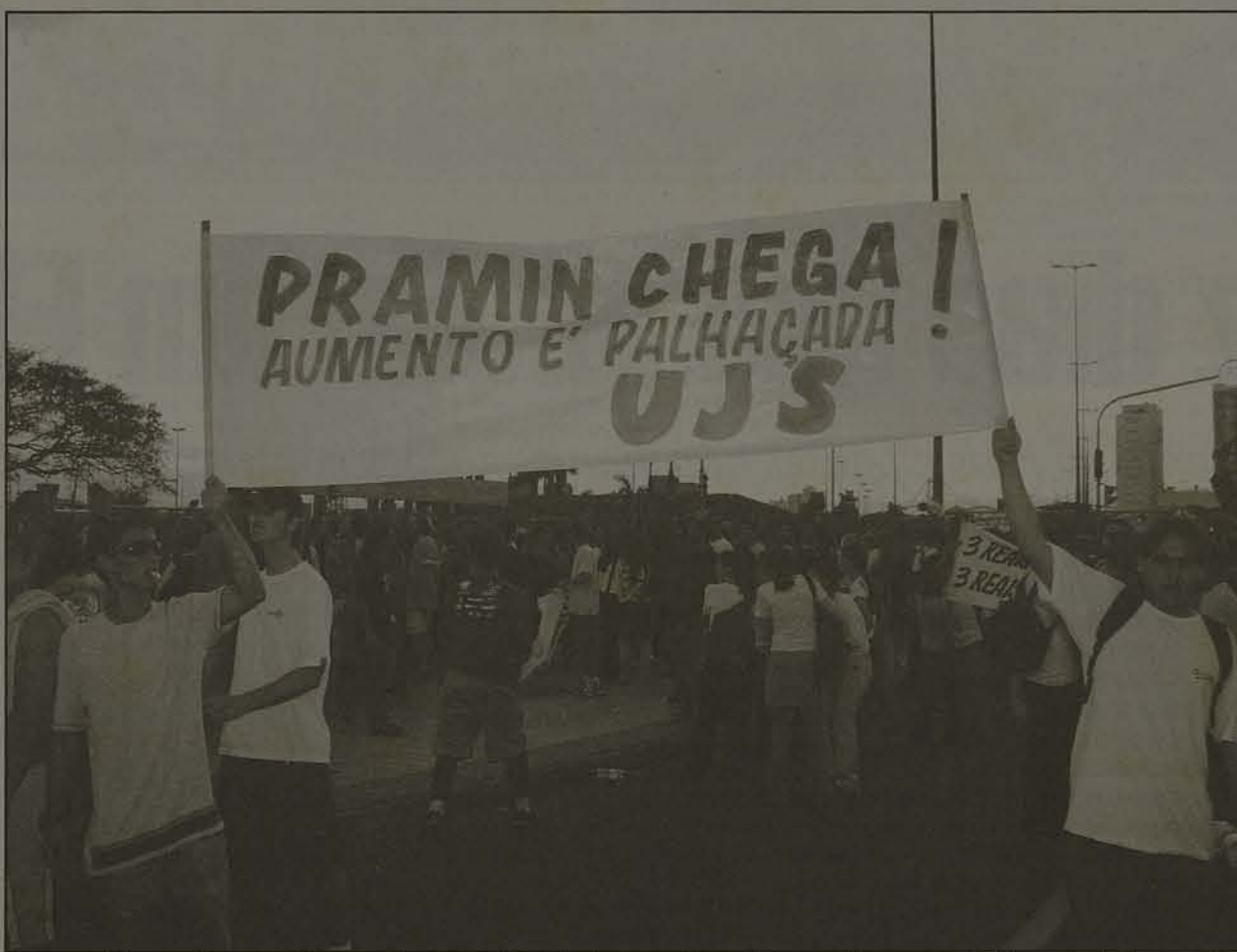
A questão da tarifa é polêmica desde que foi aprovada. Na reunião sobre o reajuste, os oito representantes do Conselho Municipal de Transportes não chegaram a um acordo. Quatro deles (Núcleo de Transporte, Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, empresas de ônibus e taxistas) votaram a favor do aumento. Os outros quatro (dois de associações de moradores, um dos trabalhadores e um das empresas de fretamento) foram contra.

Jucélia Momm, presidente do conselho e gerente do Núcleo, desempatou a questão, com o voto a favor. "Como eu tenho certeza que a minha tarifa está aberta a qualquer CPI, a qualquer auditoria, porque eu tenho todos os comprovantes, eu poderia votar e desempatar com toda a tranquilidade", garante.

Em novembro de 2003, quando o Sistema Integrado de Transportes foi implantado, seus custos foram analisados e a tarifa foi aplicada com base nesses cálculos. Momm conta que essa tarifa chegou a ser questionada na época pelo Procon, o órgão de defesa do consumidor, e o resultado foi uma ação civil através do Ministério Público, que taxou o reajuste de abusivo. A tarifa foi objeto de uma perícia detalhada que concluiu que o aumento não foi abusivo porque as tarifas estavam aquém dos custos levantados pelo Ministério dos Transportes. "O juiz decidiu essa ação e julgou pela não abusividade das tarifas e liberou o núcleo para efetuar novos estudos de reajuste. Passado um ano, como é normal, em virtude do aumento de todos os insumos sobre o transporte foi feito um novo estudo", esclarece.

Estudo que, de acordo com a gerente do Núcleo de Transportes, foi baseado em todos os movimentos de passageiros, em todas as notas fiscais em poder das transportadoras para avaliar o valor dos pneus adquiridos, dos veículos, do óleo diesel, enfim, das peças e acessórios. "O Núcleo de Transporte tem toda a documentação e concluiu que os preços das tarifas deveriam sofrer mais de 30% de reajuste", relembra. No ano passado como foi feito um acordo não foi implementada essa tarifa prevista. "Lógico que a Prefeitura de Florianópolis sabia que os usuários não poderiam ser onerados com 30% de reajuste. E se decidiu por uma tarifa de racionalização, que seria o mínimo possível de reajuste para manter o transporte em operação sem que a população fosse onerada em demasia". O reajuste de 15,6% é que está sendo questionado pelos manifestantes. Os valores são em média 8% maiores do que os que haviam sido propostos pelo Núcleo de Transportes da Capital, em julho do ano passado, quando a Prefeitura decidiu implantar o Sistema Integrado de Transportes (SIT).

Momm explica que em 2003 o estudo previa um aumento de 24,5% de aumento nas tarifas, mas que só foram repassados 15%. Como uma porcentagem equivalente a 10% não foi aplicada, o aumento acumulado, incluindo o que foi efetuado na inauguração do Sistema Integrado de Transportes chegou



Um trocadilho na mão e uma idéia na cabeça: estudantes fecham avenida em frente ao Ticen em outro dia conturbado na capital

a um valor superior a 30%. Segundo ela, a tarifa de ônibus em Florianópolis é a única do país que passou por uma auditoria da justiça. "Não quer dizer que aqueles 10% que não foi dado foram esquecidos", justifica. "No atual reajuste essa porcentagem está incluída", revela.

Quanto à reivindicação do passe livre para os estudantes, Momm informa que a prefeitura nunca disse ser contra, mas não pretende onerar ainda mais a população com gratuidades não tão necessárias. Os estudantes têm 50% de gratuidade na passagem de ônibus e a prefeitura de Florianópolis concede aos alunos carentes da rede municipal de ensino, de 1a a 8a série a gratuidade total. A gerente cita outras gratuidades como as que são concedidas aos idosos, deficientes físicos, aos cegos e deficientes mentais. "Ninguém é contra a gratuidade, mas ela onera o sistema. Porque não há subsídios para isso", garante. Ela acredita que o orçamento precisa ser direcionado para "questões mais sérias" como saúde e educação, embora considere o transporte uma prioridade para a população.

Quanto às soluções propostas pelos estudantes de utilizar para o passe livre, o dinheiro das multas de trânsito e da Zona Azul, Momm diz que esse é um problema da câmara municipal, pois ela é quem precisa verificar junto com a Secretaria de Finanças e a prefeitura, essa possibilidade. "É um problema que está fora da nossa alçada", desconfia. Com relação à implantação de tarifa única, Momm afirma que o sistema pode ser adaptado para ela seja aplicada, mas para isso, acredita que 70% dos usuários serão onerados porque estariam ajudando a pagar os trajetos mais caros.

Na visão da gerente, dizer que a passagem de Florianópolis é a mais cara é um equívoco porque a maior parte da população, 70% não paga R\$ 3,00 e sim entre R\$ 1,15 e 1,75, valores, que seriam bem menores do que os aplicados em outras cidades brasileiras. Os corredores que são mais caros, são justamente o norte e sul, que percorrem os trajetos mais longos, com percursos que chegam a 50 quilômetros ou mais. "Sabemos que em torno de 20% da população é onerada por esses valores", admite, "mas é um valor módico, é o custo mínimo que poderíamos repassar para essas linhas".

Nada decidido - Com o objetivo de acalmar os ânimos uma reunião foi agendada no dia 2 de julho com os cerca de 200 estudantes que fazem parte do movimento e membros da OAB/SC (Ordem dos Advogados do Brasil). Também partici-

param do encontro representantes da prefeitura municipal e Ronaldo Benedet, secretário estadual da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, que declarou ser a favor da liberdade democrática dos protestos, desde que a segurança pública fosse garantida. Mas a reunião não surtiu o efeito esperado. Pelo menos para os estudantes. Jucélia Momm, que não esteve presente, afirmou que nada ficou decidido, a não ser manter o posicionamento da prefeitura. Até porque, segundo a gerente, o objetivo da reunião era tratar da segurança do município e não sobre tarifas.

A visão do Núcleo de Transportes é de que além do compromisso com o cidadão usuário do Sistema Integrado de Transporte, a prefeitura tem um compromisso com as empresas, com os contatos que precisam ser mantidos equilibrados. Isso "porque se em um dado momento financeiramente a empresa não puder arcar com esse cus-

to, ela vai falir", acredita a gerente.

A Constituição Federal prevê a destinação de recursos para o setor de transportes por parte da União, mas Florianópolis não recebe nenhum subsídio. A intenção da prefeitura é prolongar esses questionamentos e chamar a atenção do governo federal para que sejam liberados recursos como acontece com os táxis, por exemplo, para a compra do óleo diesel e outros insumos, o que seria um modo de baratear as tarifas, devido aos altos encargos sociais e impostos que incidem sobre eles.

Momm não tem idéia do que possa acontecer caso esse impasse com os estudantes não acabe. Afirma que o núcleo está aberto a qualquer discussão, mas para ela, não é viável dizer simplesmente que a tarifa volte a ser o que era ou passe a ser de um real e pronto. "Sugestões são válidas e vamos ver se podemos encontrar uma solução para esse problema, mas claro que estas precisam ser propostas concretas".

Os estudantes não estiveram no Núcleo de Transportes para conversar com os responsáveis. Os dois lados apresentaram suas razões para essa indisposição ao diálogo. Os estudantes defendem que todos são líderes, caso um vá conversar, vão todos. Enquanto que o núcleo alega incapacidade física do local e medo de represálias. "Aqui nós não temos espaço para receber todos", ressalta Momm, "e até poderíamos estar sujeitos a algum tipo de agressão". Apesar disso, ela insiste que a prefeitura está constantemente em contato com os estudantes analisando propostas, só ainda não acharam uma alternativa.

Enquanto isso, Florianópolis que era conhecida como a cidade das praias e boates, a capital com melhor qualidade de vida do país, tem sido destaque dos principais jornais estampando o medo dos usuários em pegar os ônibus em dia de protestos, medo esse que chegou a ser comparado ao que sente a população do Rio de Janeiro nas brigas de facções rivais pelo tráfico de drogas. Nestes seguidos dias de protesto, o movimento de passageiros se normalizou, mas o Núcleo de Transportes só pretende dar um posicionamento concreto quando os relatórios feitos pelo departamento de operações, forem finalizados, porque, segundo Momm, "com esse transcurso todo ninguém tem parado para fazer um relatório mais completo". O Núcleo de Transportes ainda não tem data prevista ou agendada para conversar com os manifestantes.

Vanessa Clasen



Tempo bom: Não importava se o que havia pela frente era um cachorro, um cassetete ou um temporal, as manifestações varavam noites, e contavam com um número cada vez maior de estudantes

Juiz reduz o preço das passagens

Liminar determina suspensão de aumentos para evitar conflitos em mega-manifestação

A suspensão do reajuste no preço das tarifas de ônibus de Florianópolis, anunciada no dia 7 de julho, acabou temporariamente com a série de manifestações que tomou conta da capital catarinense nas últimas semanas. A decisão anunciada pelo juiz federal Jurandi Borges Pinheiro, atendendo pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SC), acalmou os manifestantes que prometiam um dia de desobediência civil com o não pagamento das passagens e fechamento das principais ruas e avenidas da cidade. A partir do anúncio, integrantes do movimento transformaram as promessas de uma mega-manifestação na cidade em uma grande festa para comemorar a vitória. OAB obteve a liminar em ação cautelar ajuizada na Justiça Federal de Florianópolis para que seja suspenso temporariamente o aumento nas tarifas de ônibus de transporte coletivo. A intimação à Prefeitura de Florianópolis e à Companhia Operadora de Terminais de Integração SA (Cotisa) aconteceu na quinta-feira, dia 8. A alteração no preço das passagens - que voltou aos valores anteriores - entrou em vigor à meia noite de sexta, 9 de julho.

O juiz Jurandir Pinheiro citou a insegurança a que estava submetida a população da capital catarinense devido às manifestações agendadas para o dia 8 de julho - integrantes do movimento pretendiam não pagar a passagem dos ônibus municipais e fechar terminais e vias públicas - como o principal motivo para o cancelamento do reajuste. Segundo Pinheiro, tal forma de protesto poderia terminar em conflito entre manifestantes, seguranças particulares, motoristas, cobradores, usuários do sistema de transporte público e policiais.

"Uma vitória histórica, a principal pós-ditadura militar". Essa é a opinião do estudante Marcelo Pomar, um dos líderes do movimento. "Essa é uma vitória da população que ajudou e participou ativamente". Pomar, que chegou a ser preso por quatro horas no dia 30 de junho e recebeu ameaça de morte por telefone, admite que as manifestações podem voltar caso aconteça um novo reajuste no preço das passagens. Para Luis Poeta, outro líder do movimento, a vitória é apenas uma etapa. "A guerra não acabou, vencemos apenas uma batalha".

Para comemorar a vitória, os integrantes do movimento transformaram a prometida mega-manifestação em uma grande festa no Largo da Alfândega. Durante o evento, integrantes do protesto tiveram espaço para desabafar e ocorreram apresentações de atividades culturais. Quem também esteve presente na festa foi o presidente da OAB-SC, Adriano Zanotto. Ele foi responsável pelo agendamento de quatro encontros entre representantes dos estudantes, da Prefeitura e da Secretaria de Segurança Pública para tentar resolver o impasse. Zanotto creditou a vitória ao movimento e à população. "Não precisa me agradecer, a vitória é de vocês, sociedade catarinense. Que sirva de exemplo para advertir arrogantes, prepotentes e ditadores".

Alarme falso - A ameaça dos manifestantes de colocarem cerca de 50 mil protestantes nas ruas

da capital no dia 8 de julho levou o governo do Estado a escalar 900 policiais para controlar os possíveis protestos nas ruas de Florianópolis. A Prefeitura suspendeu o expediente do dia em todos os órgãos públicos municipais. Nas repartições estaduais, o governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira, decretou ponto facultativo. A Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) orientou os comerciantes do centro da cidade a não abrir as portas. O Centro Federal de Ensino Tecnológico (Cefet) e o Instituto Estadual de Educação (IEE) - instituições que têm juntas mais de 10 mil alunos - suspenderam as aulas, assim como todas as escolas estaduais e municipais. Autoridades e empresários temiam pela segurança de alunos e funcionários durante as manifestações.

Governo e Prefeitura - Antes do anúncio da suspensão do reajuste no preço das tarifas, algumas medidas para tentar reduzir o valor das passagens foram anunciadas pela Prefeitura e pelo governo do Estado. O governador Luis Henrique da Silveira (PMDB) apresentou como alternativa reduzir o valor do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o óleo diesel consumido pelas empresas de ônibus. No entanto, ainda não foram concluídos os estudos que vão definir de quanto será a redução do ICMS sobre o diesel e de quanto esse desconto implicará no barateamento das passagens. De acordo com a planilha atual de custos das empresas divulgada pelo Núcleo de Transportes de Florianópolis, o óleo diesel compõe 16,13% dos gastos com o sistema.

A Prefeitura de Florianópolis prometeu recalculer a planilha de custos das empresas de transporte coletivo assim que o governo do Estado baixar a alíquota de ICMS que incide sobre o óleo diesel. A revisão na planilha permitiria a redução do preço das passagens de ônibus na Capital. Porém, como o índice de redução do ICMS ainda não foi definido pelo Estado, não há como precisar quanto baixariam as tarifas.

Outra solução apresentada para a redução do preço das passagens seria o cancelamento da taxa de R\$ 4,45 que a Companhia de Transporte Intergrado (Cotisa) cobra de cada ônibus que sai de cada terminal de Florianópolis. Para isso, a Prefeitura teria que assumir o financiamento que a Cotisa fez para construir os terminais, o que só seria possível com um financiamento do BNDES, e ainda assim apenas em 2005, já que o orçamento de Florianópolis não permitiria essa operação em 2004. Porém, se implantada, essa proposta acarretaria um desconto de, no máximo, 8% no preço das passagens urbanas da Capital, valor que não agrada aos manifestantes.

A Prefeitura argumenta desde o início das manifestações que o aumento no preço das passagens é apenas metade do que autorizou a Justiça e é justificado pelas planilhas de custo. Segundo a Prefeitura, somente com subsídio do governo federal ou com a redução nos serviços a tarifa poderia ficar mais barata. A prefeita Ângela Amin anunciou, na manhã de quinta-feira, dia 8 de julho, que não irá recorrer da decisão judicial.



Policia fecha o cerco aos manifestantes que interromperam o trânsito da ponte Colombo Salles, dia 28

Wellington Campos



Prefeita se defende em anúncio de televisão, tenta vincular manifestações dos estudantes só ao movimento pelo Passe Livre e garante que a cidade não tem a tarifa de ônibus mais cara do Brasil

CPI da catraca busca sétimo voto

Seis vereadores já garantiram participação, mas inquérito só sai do papel com sete votos

Vereadores de Florianópolis, diante da onda de manifestações da população, recorreram à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para estudar o caso do aumento da tarifa do transporte coletivo na capital autorizado pela prefeita Ângela Amin (PP). O objetivo foi de encontrar uma maneira de reverter a situação através de uma possível medida judicial contra o decreto. Segundo o vereador Márcio de Souza (PT), foi feita uma reunião com o Núcleo de Transportes (NT), órgão da prefeitura responsável pelo controle do transporte público, que não teve resultado algum. Para Souza, falta transparência nas contas que a prefeita apresentou para justificar o aumento das tarifas.

A Câmara Municipal de Florianópolis não teve participação na criação do decreto que estabeleceu o aumento de 15,6% da tarifa do ônibus. Isso porque esse tipo de ação é sancionada pela prefeita depois de aprovada pelo Núcleo de Transportes e pelo Conselho Municipal de Transportes. No Conselho, a votação para o reajuste teve cinco votos a favor; dos representantes do NT, do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPIUF), das empresas de ônibus e dos taxistas; e quatro contra; dois da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (Ufeco), das empresas de fretamento e do Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Urbano de Florianópolis (Sintraturb). "O que os vereadores podem fazer é pedir uma investigação sobre o transporte urbano da cidade", afirma Souza.

Entre as reivindicações dos manifestantes está a abertura na Câmara Municipal de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Transportes. A implantação da CPI depende da assinatura de setes parlamentares. Desde 2003, alguns vereadores tentam abrir uma CPI para investigar os documentos de negociação da instalação do Sistema Integrado de Transportes na capital e abrir os arquivos da planilha de custos, utilizada pelas empresas de ônibus para calcular o preço da tarifa. Até agora existem 6 votos a favor do inquérito, faltando apenas um para ser implantada a CPI. Além disso, também foram recolhidos no ano passado 43 mil assinaturas da população para a criação da CPI.

Ângela Amin, em anúncio veiculado na TV, defende-se, dizendo que não tem mais condições de manter o preço da passagem. Ela compara o valor das tarifas de outras capitais brasileiras e afirma que a de Florianópolis não é a mais cara do Brasil. A prefeita cita como exemplo Curitiba, explicando que na capital paranaense, percorrendo 19 km, as pessoas pagam R\$ 1,90 e que na Ilha pagam mais barato, R\$ 1,75. A geografia da cidade também é colocada como justificativa



Fotos: Comitê da Mídia Independente

Foto: Alexandre Brandão/Zero

Foto: Wellington Campos/Zero

para o valor das tarifas. Além disso, Amin afirma que a capital catarinense é uma das únicas do país a dar um desconto de 50% para estudantes e passe livre para alunos de escola pública que provem de transporte público para estudar. Aliás, o tema está dando muito o que falar porque a prefeita está culpando os militantes da passagem gratuita pela baderna nas manifestações. No dia 25 de junho foi adiada a votação do projeto sobre o passe livre na Câmara Municipal.

O projeto do Passe Livre foi encaminhado para a Comissão de Viação e Obras da Câmara. Para Márcio de Souza, um dos criadores do projeto, tudo pode acontecer na questão do passe livre. "Não há como prever quando será votado, pois há muito interesse por trás". O vereador conta que a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) enviou uma carta aos parlamentares alegando ser contra o passe livre. Souza garante que a CDL teme que no futuro a entidade tenha que arcar com o transporte gratuito dos estudantes. Para ele, os manifestantes que protestaram contra o aumento das tarifas são os que defendem o passe livre, mas, além disso, são os que não engoliram a implantação forçada do Sistema Integrado de Transportes. "As pessoas só estão mostrando o que estão sentindo desde o ano passado. Também estão com medo de perderem o emprego por causa do preço elevado das tarifas, pois os empregadores vão dar preferência para os que moram em lugares onde a passagem é mais barata".

Transporte integrado que não é integrado, alto valor das passagens, demora na votação do passe livre. Além de tudo isso, os manifestantes também estão questionando o auto-reajuste salarial concedido pelos vereadores, de cerca de 100%, e pela prefeita, em cerca de 200%. OS reajustes foram anunciados no mesmo dia, 22 de junho, que a prefeitura revelou o aumento na tarifa dos ônibus. Cerca de 700 pessoas tentaram entrar na Câmara de Vereadores e a polícia militar reagiu com violência, ferindo alguns manifestantes, segundo testemunhas. Com o reajuste, o salário de prefeito em Florianópolis passaria de R\$ 5 mil para mais de R\$ 15 mil, acima do salário de presidente da República. No entanto, o vereador Acácio Garibaldi (PP), líder do governo, pretende fazer um abaixo-assinado entre os parlamentares, pedindo para que a prefeita veto o projeto. Garibaldi admitiu o erro e a insensibilidade. Souza acredita que tudo isso não passou de uma jogada política para tentar desviar o foco da atenção com relação ao aumento das tarifas de ônibus. Depois de acabar o recesso dos vereadores em agosto, a prefeita examina outro tema polêmico.

Giselle Tiscoski



Em Fortaleza, manifestantes também condenam as cobranças do sistema de transporte coletivo, mas depois de muito quebra-quebra e confronto com a polícia, conseguiram investigação do MP

Foto: Comitê de Mídia Independente

O avanço do protesto dia-a-dia

Pressão popular pára a cidade e faz Justiça cancelar o aumento das passagens de ônibus

Dia 28 – Manifestantes fecham as principais avenidas do centro de Florianópolis e a ponte Colombo Sales. Vereadores prometem reunião com prefeita e representantes do Núcleo de Transporte para discutir o impasse.

Dia 29 – Três dos nove terminais do Sistema Integrado de Transporte são fechados. Ticen, entre 12 e 16 horas e 18 e 19h30. No Norte da Ilha, os terminais ficam fechados durante toda a manhã. Ângela Amim afirma ser impossível a redução das tarifas sem subsídio do governo federal ou redução do número de ônibus.

Dia 30 – Três ônibus da empresa Insular – responsável pelas linhas do sul da Ilha – foram queimados. Polícia Militar e manifestantes entram em conflito. A PM usa gás lacrimogênio, granadas de efeito moral, spray de pimenta, balas de borracha e cães para dispersar os manifestantes

que revidam com pedras e pedaços de madeira.

Dia 1 – No final da tarde, as duas pontes são fechadas por 20 minutos. O presidente da OAB-SC se oferece para mediar o diálogo entre prefeitura e manifestantes.

Dia 2 – Manifestantes se reúnem com líderes dos governos estadual e municipal numa audiência pública intermediada pela OAB-SC. As pontes Colombo Sales e Pedro Ivo Campos são fechadas durante cerca de uma hora e meia, provocando grande congestionamento.

Dias 3 e 4 – Sem manifestações.

Dia 5 – Manifestantes se concentraram no Terminal do Centro, fecham a Avenida Paulo Fontes e acampam em frente ao TICEN. É realizada uma reunião com os apoiadores do movimento no auditório da Catedral.

Dia 6 – Pequenas manifestações se concentram em

frente ao Ticen.

Dia 7 – Governo estadual propõe redução do ICMS sobre o diesel. Movimento promete grande manifestação em todos os terminais, "desordem cívica". É decretado ponto facultativo nas instituições públicas e recomendado fechamento dos estabelecimentos comerciais. Atendendo pedido da OAB-SC, Justiça Federal da Santa Catarina determina suspensão temporária do aumento das tarifas de ônibus.

Dia 8 – Mesmo com chuva, manifestantes percorrem principais avenidas do Centro em comemoração à decisão da Justiça. À noite, confraternização no Largo da Alfândega com xous musicais e apresentações culturais.

Dia 9 – À meia noite, tarifas voltam ao preço antigo. A decisão é temporária.

Wellington Campos

■ SALVADOR

Depois de conflitos com a polícia, tarifas dos *buzus* de Salvador são reduzidas

O protesto a favor do passe livre em Salvador não é reivindicação exclusiva de estudantes. Idosos protestaram em maio, a favor da extinção da tarifa para cidadãos com mais de 60 anos. A Câmara de Vereadores baiana ainda não votou o projeto de lei que beneficia cidadãos dessa faixa etária com o passe livre, conforme estabelecia o Estatuto do Idoso até maio do ano passado, quando o código sofreu emendas que repassam a decisão quanto a benefícios para o município. As empresas dos ônibus que circulam pelo centro e a área metropolitana de Salvador se apoiam na Constituição Federal, que afirma que apenas maiores de 65 anos possuem direito à passagem grátis. Já a Lei Orgânica da Bahia estabelece que maiores de 60 anos podem ser considerados idosos. Os movimentos dos estudantes e dos idosos foi apoiado pela regional baiana da CUT, que organizou manifestações a favor do aumento do salário mínimo em maio. A "crise dos buzus", como são chamadas as paradas contra as empresas de ônibus da cidade, reproduzia desde agosto de 2003. Nesse mês, que ficou conhecido como "mês do buzu", protestos contra o aumento das tarifas de ônibus (de R\$ 1,30 para R\$ 1,50) fecharam ruas e pararam o trânsito da cidade.

Em 10 de outubro, dia em que entidades estudantis apoiadas pelo Movimento Ruptura Socialista decretaram o Dia Nacional do Passe Livre, 800 estudantes fecharam as ruas do Iguatemi, centro financeiro, localizado na parte baixa da cidade de Salvador. Quando os protestos se espalharam pela cidade, em setembro, o prefeito Antonio Imbassahy (PFL) formou uma comissão que negociou com as empresas o congelamento das tarifas por um ano e a extensão do direito à meia passagem para todos os dias da semana (não apenas os letivos). A Polícia Militar impediu, ainda nesse mês, que as ruas da cidade fossem interditadas, o que gerou conflitos com os manifestantes e diminuiu o atraso do trânsito para 30 minutos. No dia 25 de setembro, Imbassahy, que cumpre seu segundo mandato como prefeito, entregou ao vice-presidente José Alencar um projeto que pretende reduzir em 50% o preço do óleo diesel para empresas de transporte urbano. Sete por cento dos 35 milhões de passageiros transportados todos os meses em Salvador não precisam pagar passagem: idosos com mais de 65 anos, policiais fardados e carteiros.



Fogo, fúria e protesto contra capitalismo

■ FORTALEZA

Em Fortaleza, reivindicação faz MP investigar contrato de bilhetagem eletrônica

Em Fortaleza, as paradas estudantis contra o sistema de transporte da cidade tiveram desdobramentos: o Ministério Público decidiu investigar o processo que envolve a instalação da bilhetagem eletrônica nos ônibus da cidade. O objetivo é destrinchar a atuação da Empresa Técnica de Transporte Urbano (ETTUSA), que administra o transporte coletivo de Fortaleza. Em fevereiro, a portaria C-13, expedida pela empresa, oficializou a substituição dos passes de papel por cartões eletrônicos "Pasecards", e o processo de contratação da empresa que trataria de implantar o novo sistema é um dos alvos da investigação. Na cidade, administrada pelo prefeito Juraci Magalhães (PMDB), existem dois movimentos que questionam a atuação do sistema de transporte coletivo: um exige que o projeto que institui meia passagem também para o transporte intermunicipal seja votado na Câmara de Vereadores, e o outro reivindica passe livre para estudantes, deficientes físicos e desempregados, além do fim do bilhete eletrônico.

Os estudantes, liderados por alunos do Centro Tecnológico Federal (Cefet) e da Universidade do Ceará (UFC), protestam, desde maio contra a cobrança de tarifa, e chegaram a reunir dois mil manifestantes no dia 25 de maio. Os manifestantes partiram do Cefet-CE e seguiram para a sede da ETTUSA, no bairro Vila União, onde um batalhão de choque da Polícia Militar os esperava. O presidente da empresa, Carlos Corrêa, concordou em conversar com os estudantes desde que apenas sete deles entrassem no prédio. Como estudantes e Corrêa não entraram em acordo, mesmo quando o presidente afirmou que permitiria que 10 estudantes negociassem. Os Estudantes consideraram o número reduzido demais para representar todas as escolas e entidades que participavam do protesto. As catracas eletrônicas também foram alvo dos protestos de estudantes, que acreditam que o uso de bilhetes eletrônicos prejudica os comerciantes de passes e limita o direito à meia passagem porque monitora o trajeto seguido pelos usuários. As manifestações envolveram bloqueio de ruas, queima de caixões que representavam a prefeitura, pedradas, tiros para o alto e confronto com a tropa de choque da polícia e os guardas municipais. Na manhã do dia 3 de junho, a fachada da prefeitura de Fortaleza foi destruída a pedradas, e o prédio permaneceu fechado no dia seguinte.

Textos: Camille Bropp



Ânforas para conservar alimentos Pentes duplos de madeira Guizo metálico Ou acessório feminino Peça náutica de madeira Relógio de sol, possível rota Bala de mosquete Vários calibres de bala Lacre de chumbo do Vaticano Cabo de faca em marfim Botija, possivelmente do séc. XVI

Descobrimto é revisitado em galeão afundado

Se depender da quantidade de naufrágios, as atividades de arqueologia subaquática em Florianópolis têm tudo para prosperar. Há registros de pelo menos 42 embarcações que naufragaram nas imediações da Ilha de Santa Catarina. O registro mais antigo é do ano de 1516, quando afundou na barra sul da Ilha uma das caravelas de Juan Dias de Solís, capitão-mor da marinha espanhola. Solís havia sido morto e assado por indígenas quando explorava o rio da Prata, que ele havia descoberto quatro anos antes, em 1512. Sem o capitão, a tripulação resolveu voltar à Espanha por conta própria. Na viagem, uma das três embarcações afundou, possivelmente perto da praia de Naufragados, confirmando o destino trágico da expedição. Sobreviveram entre 11 a 18 tripulantes, conforme dados históricos. Um deles, o português Aleixo Garcia, viria a protagonizar um feito de proporções épicas para a época.

Guiado pelos índios carijós, nativos da Ilha que se afeiçoaram ao naufrágo, enveredou-se pelo sertão inóspito, rumo ao oeste, numa caminhada de milhares de quilômetros que foi dar em pleno império Inca. Como todo explorador branco, Aleixo aventurou-se na procura de riquezas, com a garantia dos índios de que ele seria guiado a um local de muita prata, abundante nas terras incaicas. Porém, a epopeia teve um grande diferencial, já que Aleixo Garcia foi o primeiro homem branco a pisar em terras andinas, antes mesmo do espanhol Francisco Pizarro, sem qualquer patrocínio oficial da coroa portuguesa.

A rota revelada pelos índios a Aleixo Garcia era o milenar Caminho do Peabiru, uma malha viária dos povos primitivos, cercada de mistérios, que ligava o Atlântico ao Pacífico. Assim como os trabalhos da PAS, o Peabiru está sendo transformado num projeto de turismo cultural. Os governos do Paraná, de Santa Catarina e do Paraguai, bem como a hidrelétrica de Itaipu, estão investindo em pesquisas de resgate histórico do Peabiru, visando transformá-lo numa rota de peregrinos, a exemplo do Caminho de Santiago de Compostela, que fica entre a França e a Espanha.

A saga de Aleixo Garcia pelo Peabiru foi transformada num livro escrito pela jornalista Rosana Bond, publicado em 1998. Em 2005, o intrépido português vai saltar da trilha indígena diretamente para a passarela do samba. Sua aventura será tema das alegorias da escola *Consulado do Samba*, que pretende resgatar a importância dos índios carijós para a história mundial, já que foram eles que guiaram Garcia. Quanto ao naufrágo do barco de Solís, por enquanto existem apenas intenções de localizá-lo. O direito às pesquisas subaquáticas na barra sul da Ilha, onde estaria a embarcação, está registrado em nome do advogado Wilson dos Santos, que mantém contatos com o pessoal do PAS,

Fernando Angeoletto

Projeto pioneiro no Brasil recupera relíquias submersas em SC

O fundo do oceano é um universo misterioso que aos poucos está sendo desvendado pelo homem. A fauna, a flora, a estrutura geológica, os barcos naufragados, os tesouros escondidos, tudo que é pesquisado, além de atizar a imaginação das pessoas, ajuda a entender a história do mundo. É o que está acontecendo em Florianópolis. Um grupo de pesquisadores, amantes do mar, está tentando revelar os mistérios do naufrágo que aconteceu entre o século XVI e XVII na praia dos Ingleses, localizada no norte da Ilha de Santa Catarina. Cerca de 40 pessoas fazem parte do Projeto de Arqueologia Subaquática, que é o primeiro e o único autorizado pela Marinha do Brasil, além de ser um dos mais desenvolvidos no mundo. A estrutura, a tecnologia e o conhecimento aplicados no projeto não ficam atrás das famosas expedições de Jacques Cousteau e outros pesquisadores.

O projeto é desenvolvido pelo PAS (Projeto de Arqueologia Subaquática), uma organização não-governamental fundada em março de 2004. Entre o pessoal envolvido na exploração do sítio arqueológico, localizado no costão direito da praia dos Ingleses, estão geógrafos, geólogos, biólogos, arquitetos, arqueólogos, pescadores e mergulhadores. A equipe faz o trabalho de pesquisa, exploração e remoção das peças encontradas que pertencem a uma embarcação supostamente espanhola, que afundou por volta de 1560 a 1600. Isso porque, segundo Luiz Octávio de Castro Cunha, arqueólogo do Museu Oceanográfico da Marinha do Brasil e um dos responsáveis pela exploração em Florianópolis, as primeiras peças resgatadas são as botijas peruleiras, espécie de vasilhame de água, vinho ou azeite de oliva, provavelmente fabricadas em Sevilha, na Espanha, no século XVI. Pelos estudos realizados e pela análise dos objetos encontrados possivelmente esse é o naufrágo mais antigo localizado na costa brasileira.

A descoberta aconteceu por acaso em 1989, quando o mergulhador Alexandre Viana praticava pesca submarina na praia dos Ingleses e encontrou algumas peças de origem desconhecida semelhantes a ânforas, fabricadas em barro cozido. O sítio está a 200 metros da praia, entre 2 a 2,5 metros de profundidade. Depois de quase 11 anos, Viana e mais dois amigos, Narbal Corrêa e Marcelo Moura, também mergulhadores, avaliaram a possibilidade de explorar o local para resgatar a história dos primeiros navegantes europeus no Atlântico sul. Assim, em 2002 começaram as primeiras explorações que resultaram no único projeto de arqueologia subaquática autorizado pela Marinha do Brasil após as alterações introduzidas pela lei nº 10.166, de 27 de dezembro de 2000. Desde 1986 era proibido explorar o fundo do mar brasileiro.

A Marinha proibiu a arqueologia subaquática no país por causa das constantes depredações de sítios arqueológicos submarinos e relatos de casos de vendas de peças a colecionadores estrangeiros. O mercado de relíquias históricas envolve muito dinheiro, conta Narbal Corrêa. Recentemente um sino, semelhante ao encontrado no sítio dos Ingleses, foi leiloado na Europa e avaliado em quase R\$ 2 milhões. Para Corrêa, o objetivo principal da exploração é contribuir para a cultura e a história do país e não para enriquecer com as peças encontradas. "Qual o mergulhador que não quer encontrar um tesouro? Vale mais achar uma peça histórica do que ouro".

SC vista por baixo- Narbal tem 42 anos e sempre foi um apaixonado pelo mar. Aos dois anos ele já era levado pelo pai para aventuras no fundo do oceano na ilha do Arvoredo, uma das maiores ilhotas próximas de Florianópolis. Tornou-se ao longo do tempo um adepto da pesca submarina e passou a viver disso. Tentou fazer quatro faculdades, trabalhou em restaurantes, mas não conseguiu ficar longe do mar. Hoje, garante que conhece a Ilha de Santa Catarina melhor por baixo do que por cima. O contato com a arqueologia começou quando recebeu um convite para trabalhar no sul de Santa Catarina em 1985. "Fiquei encantado com o que vi, nós exploramos alguns naufrágios da costa catarinense". O mergulhador conta que logo depois, em 1986, a Marinha resolveu proibir a arqueologia subaquática e o trabalho de exploração teve que ser suspenso. Daquele ano até o início do projeto, Narbal fez várias viagens ao fundo do mar. Navegou no Caribe, atravessou o Atlântico e foi velejando da Europa para a Ásia. "Eu pescava todos os dias", lembra o mergulhador. Em 1998, participava de um campeonato mundial de pesca submarina na Croácia quando observou sítios arqueológicos de ânforas submersos. "Fiquei louco com o que vi, então quando cheguei em Florianópolis e meu amigo Alexandre me mostrou o que tinha encontrado, decidi que queria fazer isso. Quero pescar, estar em contato com o mar e buscar peças do quebra-cabeça da história. Isso que é legal".

A paixão pelo projeto de arqueologia subaquática é expressa pela face de Narbal. Os olhos brilham ao mostrar as relíquias encontradas na praia dos Ingleses - desde uma sola de sapato de 300 anos ao recarregador de canhão, considerado uma das peças mais raras do mundo. "Nós agora estamos iniciando a nova era da arqueologia no Brasil", garante o mergulhador. A partir de 2002, os três amigos (Narbal, Alexandre e Marcelo) conseguiram a concessão para a pesquisa técnico-científica do sítio arqueológico. O resultado dessa etapa foi a descoberta da exata localização do naufrágo, além do resgate de outras peças como o sino da embarcação, que possivelmente era usado para marcar a hora. Em 2003 e 2004, começou a fase de exploração e remoção. A Marinha permitiu que os três mergulhadores iniciassem as buscas, coordenadas pelo arqueólogo Luiz Octávio de Castro Cunha.

De selo papal a botijas jesuítas - As escavações revelaram descobertas fascinantes, segundo os responsáveis pelo projeto. Além das botijas peruleiras, do recarregador de canhão e do sino, foram encontrados objetos identificados como pertencentes a uma suposta embarcação espanhola. O relógio de sol, por exemplo, foi encontrado com as coordenadas do Rio da Prata, ao sul e das ilhas canárias, ao norte, possível rota da embarcação. O lacre de cera resgatado, utilizado para selar cartas, possui um símbolo de chaves cruzadas, marca usada pela Igreja Católica para documentos papais. Também foram achados uma pequena caixa metálica com um desenho de água bicéfal, um anel com inscrições em baixo relevo, projéteis de chumbo para munição de três calibres diferentes, pentes, fragmentos de corais possivelmente vindos do Caribe, pedrneiras, utilizadas para dar fa-



Sino com símbolo das missões jesuítas da América Espanhola foi avaliado em meio milhão de reais

ísca no disparo de armas, e cabos de faca feitos com osso e marfim. A tecnologia empregada nas escavações também permitiu aos mergulhadores encontrarem objetos minúsculos como miçangas de chumbo, rodas de ouro, peças de um rosário - com material semelhante a um rubi - e pequenos objetos metálicos utilizados nas trocas comerciais dos séculos passados. Recentemente, a equipe resgatou ossos humanos, que podem ser de indivíduos que estavam na embarcação naufragada. E tem muito mais.

Na sede do projeto, localizada a poucos metros do sítio arqueológico dos Ingleses, há tanques com muitas peças em fase de espera para análise. Por causa do longo período submerso, alguns objetos estão cobertos por uma crosta, principalmente os metálicos. Narbal mostrou uma peça que pelo formato apresentado deve ser uma arma de fogo. Antes do pesquisador retirar a crosta do objeto, bate-se uma radiografia para saber exatamente que tipo de relíquia há, para que não haja danos. Foi assim que os mergulhadores descobriram peças de difícil observação como a miçangas e rodas.

O trabalho realizado em Ingleses é minucioso e envolve várias etapas. Primeiro é feito um estudo do sítio através de fotografias e desenhos realizados no local. Para isso, utilizam as quadrículas, que ajudam a demarcar o exato lugar, e uma espécie de placa acrílica, onde o mergulhador reproduz o fundo pesquisado. Em média, um mergulhador fica um tempo de duas a três horas dentro da água. Depois da análise, a equipe parte para a retirada dos objetos. Como a maioria deles está enterrada, há uns dois metros de profundidade, os mergulhadores usam um tipo de aspirador, chamado *Air lift*, que ajuda na escavação sem prejudicar o material encontrado. Através de bóias coletores, eles tiram as peças e colocam nos tanques para logo serem preparados para o contato com a água doce e depois com o ar. Isso porque, uma das fases do

projeto é preparar todas as relíquias para exposição em um museu que seria o primeiro do Brasil só de naufrágios.

Para entender a importância das relíquias encontradas pelos mergulhadores catarinenses, basta dizer que peças semelhantes as encontradas nos Ingleses também foram descobertas nos naufrágios mais valiosos localizados até o momento como o Nuestra Señora de Atocha e o Nuestra Señora de la Concepción, na Ilha dos Açores. Botijas peruleiras semelhantes estão expostas no Museu da Mel Fisher Maritime Heritage Society, localizado em Key West, Flórida, Estados Unidos. As botijas resgatadas também são parecidas com as encontradas pelo Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática, na Ilha dos Açores. Uma das botijas achadas em Florianópolis possui uma inscrição no gargalo IHS, signo que representa a Jesuític Society, sendo a terceira encontrada no mundo. Acredita-se que existem mais quatro perdidas no mar. Kathleen Deagan, antropóloga americana, está ajudando a equipe no reconhecimento das relíquias, além de outros estudiosos do mundo. Isso porque, muitas peças encontradas estão relatadas numa publicação da antropóloga. Os pesquisadores poderão ainda contar com a colaboração do Vaticano para entender os objetos que possuem a marca da Igreja Católica.

As descobertas históricas foram mais importantes do que os próprios pesquisadores imaginavam. Para Narbal, o valor cultural que estas peças possuem é incalculável. "Nós podíamos simplesmente pegar estas peças e tentar vender no mercado negro, mas para nós o que vale é a riqueza cultural que elas possuem", defende o mergulhador. Por exemplo, o sino resgatado pelos mergulhadores catarinenses está estimado em meio milhão de reais, segundo Narbal. A peça de rosário apresenta um material parecido com uma peça encontrado em outro naufrágo que vale milhões de reais. A Marinha do Brasil é rígida nas regras para a exploração arqueológica. Todos os bens resgatados só terão identidade histórica se forem corretamente coordenados e fiscalizados por representantes federais. Todas as exigências da Marinha estão regulamentadas pelas Normas de Autoridade Marítima (Norman). No projeto de Arqueologia Subaquática o acompanhamento das operações está sendo feito pelo arqueólogo Luis Octávio de Castro Cunha, representante do Espaço Cultural da Marinha e pelo arqueólogo Luiz Fernando de Castro Cunha, responsável pela parte técnica.

A concessão para a exploração subaquática dada aos três mergulhadores Narbal, Alexandre e Marcelo tem duração de 210 dias, sendo prorrogada de acordo com o projeto. O orçamento de um ano de exploração do local, que tem 320m2, foi de um R\$ 1,2 milhão, segundo Narbal. Só a estrutura física do projeto custou R\$ 80 mil. O primeiro ano do projeto teve a colaboração do Governo de Santa Catarina em parceria com a Fundação de Ciência e Tecnologia de SC (Funcitec). O projeto está previsto para durar três anos. De acordo com Narbal, a ONG PAS está procurando parcerias e recursos para dar continuidade as explorações subaquáticas.

Os responsáveis pelo projeto de Arqueologia Subaquática apostam na criação de um turismo histórico em Florianópolis. Dentro do projeto, entre outras coisas, estão incluídos horários para visitação no local; criação de uma loja para a venda de réplicas, camisetas e artesanato local; publicação de livros e revistas e elaboração de documentários televisivos. A ONG PAS também possui outros projetos paralelos que envolvem outros naufrágios já localizados dentro da área de concessão da Marinha. Uma das embarcações fica na Praia da Cachoeira do Bom Jesus e a outra na Praia Brava, norte da capital catarinense. A equipe também está quase confirmada para ajudar na exploração arqueológica no sul da Ilha, no naufrágo da expedição de Sebastião Caboto, por volta de 1526. Ao todo a ONG PAS tem mais oito projetos científicos, sociais e históricos. Além da exploração, há a criação de um museu móvel e uma força de apoio aos pescadores submarinos do nordeste que sofreram acidentes de trabalho. Segundo Narbal, em 2005 será inaugurado o primeiro curso superior de Arqueologia Subaquática do Brasil. Ainda não sabem qual será a instituição, mas a grade já está formada, afirmou o mergulhador. No Brasil existem apenas quatro arqueólogos subaquáticos.

Para as pessoas que já visitaram é difícil não se impressionar com a estrutura do projeto. A aventura começa antes mesmo de chegar à sede das explorações. O caminho é pelas dunas da Praia do Santinho, ao lado da Praia dos Ingleses, e é de difícil acesso. A paisagem é repleta de muito verde, revelando um lugar ainda muito preservado. É preciso estar com um carro preparado para não atolar ao meio de tanta areia e buracos. O lugar fica no meio de uma colônia de pescadores, ao redor, cheio de canoas. A sede é composta por oito containers, três em cima e cinco embaixo, pintados de azul, que formam um a casa de dois andares. Segundo o mergulhador Alexandre Viana, responsável pela criação, a ideia surgiu para facilitar, caso eles tenham que deslocar-se, e também para não degradar a natureza da praia. Cada parte da "Casinha de Containers" é cheia de detalhes que revelam como a equipe tem amor pelo o que está fazendo. Há o cozinhado da casa que nos horários de almoço toca um sino para chamar os pesquisadores. Tem quarto para os que quiserem passar a noite no local. Com todos esse detalhes é impossível não entender porque a Marinha o considera referência nacional.

Giselle Tiscoski



Parte da equipe diante das containers que servem de base da pesquisa

Embrião de museu inédito no mundo

O Brasil pode ganhar o primeiro museu só de naufrágios. O Museu do Mar e das Navegações que abrigaria as peças encontradas em naufrágios catarinenses, além de um Oceanário que está sendo desenvolvido pela ong PAS (Projeto de Arqueologia Subaquática) na praia dos Ingleses, localizada no norte de Florianópolis. Ainda não existe previsão para que a inauguração do museu, porque o PAS precisa de parcerias que apoiem a ideia. Narbal Corrêa, um dos idealizadores do projeto, acredita que a criação do museu vai atrair mais turistas para a cidade.

A proposta do museu inclui características que o diferencia dos demais. Os visitantes vão poder ter experiências reais como o manuseio de cabos e velas de uma réplica de embarcação, como a encontrada na praia dos Ingleses, que naufragou no período entre 1560 a 1600. Com a construção do aquário de toque, previsto no projeto, as pessoas terão ainda a chance de tocar em seres marinhos, nativos da região.

Interativo - Além do museu, o projeto de Arqueologia Subaquática prevê atividades, como operações de mergulho no local do naufrágo em horários agendados; instalação de um telão, transmitindo imagens ao vivo da exploração subaquática; abertura para visitantes de um dos espaços de pesquisa na sede do projeto; realização de eventos culturais e esportivos e criação de um museu móvel para levar em escolas e pontos estratégicos o material resgatado. Para os responsáveis, a realização de atividades paralelas vai contribuir para a exploração vai ajudar na divulgação e dinamização do projeto.

No primeiro ano do projeto está previsto o custo de R\$ 1,2 milhões para a pesquisa, exploração e remoção das relíquias encontradas. Para que as outras atividades sejam aplicadas é preciso a ajuda de outros parceiros além da Fundação de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (Funcitec). Em maio, Luiz Henrique da Silveira, governador catarinense, levou o projeto do PAS para o encontro da Brasilinvest realizado em Londres. O evento reuniu 30 mega-empresários de 18 países que avaliaram o desempenho da economia mundial e analisaram as possíveis fontes de investimentos. A ONG espera ser beneficiada com a iniciativa do governador. (GT)



Experiência de Corrêa inclui mergulhos em diversos países



Corrêa, Viana e Mauricio Marino, geógrafo ligado ao projeto

Paixão de membros da equipe pelo mar é antiga

A equipe, além de amigos, compartilha uma paixão: todos tem envolvimento há muito tempo com o mar. O mergulhador Narbal Corrêa, campeão sul-americano de pesca subaquática, até tentou fazer carreira acadêmica. cursou Processamento de Dados e Economia, mas não concluiu nenhum. Também passou no vestibular para Ciências Contábeis. "Só que, no dia da matrícula, a água estava tão azul que não resisti, fui mergulhar", brinca.

Numa família de 21 caçadores subaquáticos, o destino de Corrêa não poderia ser diferente. Mergulhando, ele conheceu diversos naufrágios, como o do navio Alfama de Lisboa, carregado de porcelanas e assentado a 17 metros de profundidade, a uma distância de 23 quilômetros do porto de Recife. Seu currículo também inclui mergulhos em diversos pontos do mundo, nas escalas do barco onde trabalhava, um iate de 150 pés (cerca de 50 metros) avaliado em US\$ 10 milhões.

O arquiteto Alexandre Viana, descobridor das primeiras peças do naufrágio em Ingleses, é membro da seleção brasileira de Pesca Subaquática. Recentemente, conquistou o terceiro lugar no campeonato brasileiro da categoria e foi indicado como atleta revelação de 2004. Além disso, Viana recebeu certificados por dois recordes contabilizados na competição. Junto com a Seleção, ele vai disputar o Campeonato Mundial de Pesca Subaquática no Chile, em setembro. Marcelo Lebarbenchon Moura é proprietário do Toca de Jurerê, antigo Toca da Garoupa, restaurante tradicional da cidade.

Diferente dos amigos, sua relação com o mar é mais pela superfície, embora ele mergulhe também. Moura é dono do Mr. Blaike, embarcação de 50 pés (cerca de 16,5 metros) com casco armado em ferro-cimento.

O barco, dotado de infraestrutura necessária para as pesquisas relacionadas aos naufrágios, nasceu de um projeto trazido pela família Schürmann da Austrália.



Air lift, instrumento criado pela equipe, escava leito marinho

Pesquisadores usam tecnologia própria na busca arqueológica

A mente inventiva dos pesquisadores possibilitou que desenvolvessem soluções para os trabalhos de arqueologia subaquática, ciência ainda incipiente no Brasil. Para as escavações do leito marinho, fabricaram um aparelho batizado *air lift*, baseado em ferramentas semelhantes usadas na prospecção de outros naufrágios mundo afora. O *air lift* é uma espécie de aspirador de pó gigante, conectado a um compressor de alta potência que fica em um *deck* situado no costão, dada a pequena distância entre o naufrágio e a costa. Com este aparelho, os mergulhadores já chegaram a escavar a areia a uma profundidade de dois metros em busca dos preciosos vestígios arqueológicos.

Quando encontram qualquer peça, sua localização em relação a outros objetos é fielmente desenhada. Para realizar a ilustração, o pesquisador Alexandre Viana coloca uma chapa de acrílico por cima da cena, sobre a qual desenha a situação, debaixo d'água mesmo. A ilustração gerada no acrílico é transferida ao computador posteriormente, através de uma mesa digitalizadora. Outra ferramenta desenvolvida pelos pesquisadores é uma armação de ferro para fixarem câmeras fotográficas e filmadoras, algo como um tripé submarino, indispensável para a obtenção de imagens num ambiente de pouca luz como o leito marinho.

Textos: Fernando Angeoletto



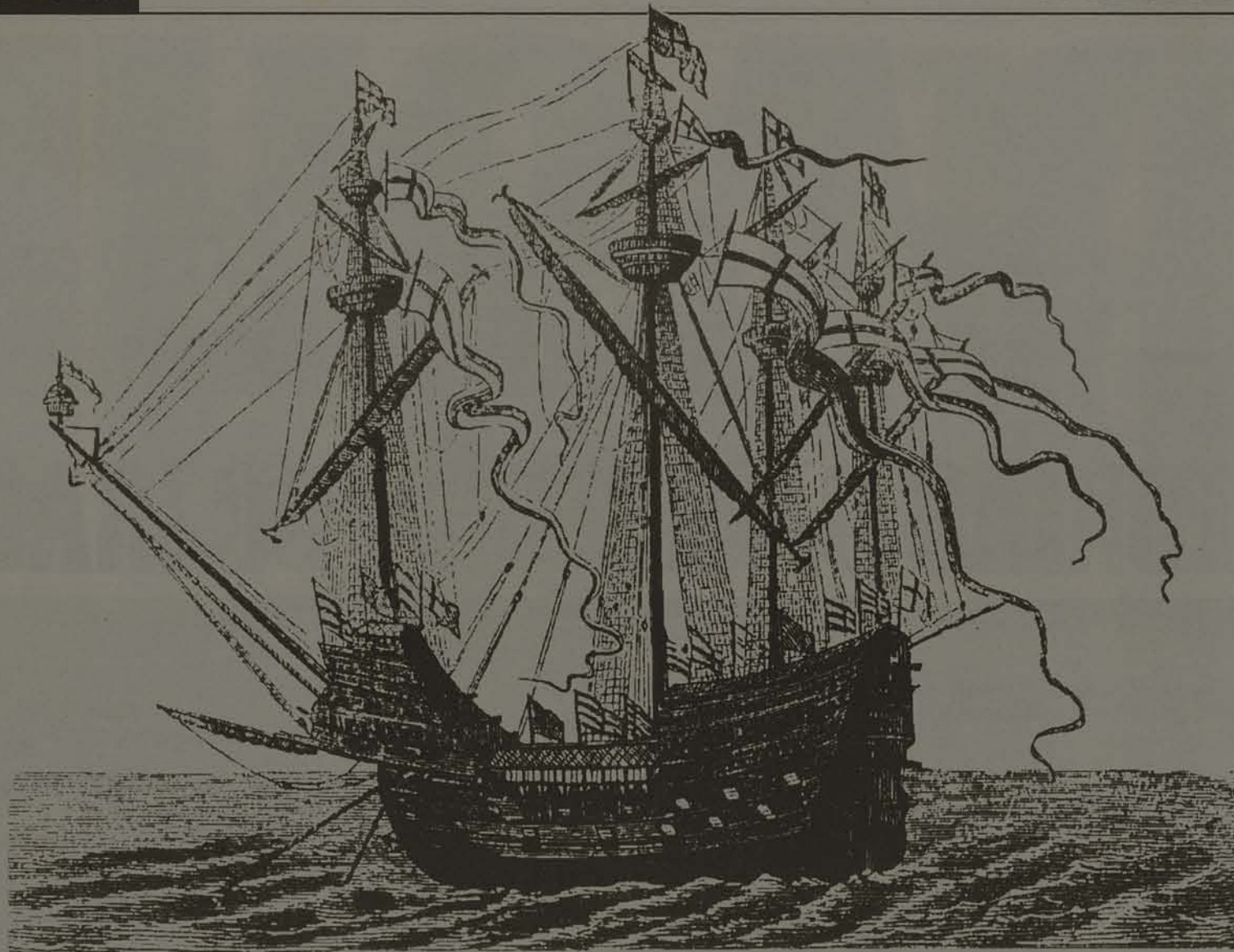
Peças retiradas do mar passam por processo de conservação



Símbolo em objeto pode ser de império europeu do século XVI

A consultoria histórica dos trabalhos de arqueologia subaquática em Ingleses é feita pelo historiador Amílcar Mello D'Ávila. Há cerca de 14 anos, ele pesquisa a história do século XVI, a partir da perspectiva que considera Santa Catarina como a "pedra angular" da colonização do Rio da Prata e do sul do Brasil. Em seu trabalho, recolhe informações de fontes primárias, localizadas em bibliotecas da Espanha, Inglaterra e dos Estados Unidos, dentre outros países. As viagens são financiadas pelo próprio autor, cujo destino das férias é escolhido pelo critério da presença de boas bibliotecas no lugar a ser visitado. O resultado das investigações será compilado numa obra de 1500 páginas, dividida em três volumes e intitulada *Expedições e crônicas das origens - Santa Catarina na era dos descobrimentos geográficos*, ainda no prelo. O primeiro volume contém uma síntese da história da Península Ibérica e narra as fases de exploração e da conquista das Américas no período entre 1502 a 1542, numa cronologia adotada pelo autor conforme a conjuntura internacional da época. As fases de colonização e abandono, entre 1550 e 1658, são narradas no volume seguinte. O terceiro volume reproduz na íntegra relatos de 51 cronistas, entre cosmógrafos, religiosos e naufrágios, que escreveram sobre Santa Catarina. D'Ávila conta que os escrivães das embarcações relatavam o cotidiano das viagens com minúcias, tratando inclusive das desavenças a bordo. Esses documentos podem inclusive elucidar questões referentes às circunstâncias de alguns naufrágios, segundo o pesquisador. Além de historiador, D'Ávila tem especialização em etnolinguística e é tradutor simultâneo. Devido a esta habilidade, ocupa também a coordenação de parcerias internacionais da ONG. Um dos contatos frequentes é com Kathleen Deagan, curadora de arqueologia do Museu de História Natural da Flórida e a maior autoridade mundial em história colonial hispânica, segundo Amílcar.

Consultor do projeto desvenda a história do Estado



Ingleses possui museu de oficinas líticas

O naufrágio pesquisado pela PAS não é o único tesouro arqueológico do costão sul da praia de Ingleses. Ao lado de um *deck* de madeira, de onde se avista o local exato em que repousam as peças submersas, diversas pedras estão marcadas com rastros de ancestrais bem mais antigos do que os que estavam no barco afundado. Há cerca de 5.000 anos, os povos que habitavam a Ilha deixaram para a posteridade as oficinas líticas, um conjunto de pedras dotadas de curiosas impressões geradas por fricção, método utilizado pelo homem primitivo para moldar machados e outros utensílios.

As oficinas líticas compõem o Museu dos Brunidores, inaugurado em junho de 2002 para expor as peças arqueológicas a céu aberto, acompanhadas de diversas placas explicativas. O museu foi viabilizado através de uma parceria entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e o hotel Costão do Santinho. As pedras não estão no sítio de origem. Algumas estavam enterradas na areia e foram retiradas sob responsabilidade de dez técnicos do Iphan. Todas estão dispostas ao longo da trilha sobre o *deck* de madeira que percorre o costão. (FA)

Marinha fiscaliza a exploração dos sítios

Para explorar o leito marinho é necessário passar por um processo semelhante ao enfrentado por empresários das redes de televisão e de rádio. O governo autoriza a exploração, concedendo aos responsáveis a permissão para utilizar o espaço que pertencem à União. No caso do projeto de Arqueologia Subaquática a autorização foi concedida a três dos mergulhadores da equipe: Narbal Corrêa, Alexandre Viana e Marcelo Moura. "Nós lutamos muito para conseguir desenvolver o projeto, mas valeu a pena, hoje somos considerados um modelo para o país", comemora Narbal. Há mais de uma década, tentavam a autorização da Marinha para a exploração do local, mas foi apenas em 2002 que o trio obteve respaldo para pesquisa científica do sítio arqueológico.

Os mergulhadores foram beneficiados pela Lei Federal 10.166, de dezembro de 2000, sancionada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso que modificou a antiga legislação de 1986. Uma das mudanças foi a criação de uma espécie de "recompensa" ao explorador. Assim, os responsáveis pelo resgate de todas as peças retiradas do fundo do mar e consideradas de interesse artístico, histórico ou arqueológico têm o direito a receber até 40% do valor de mercado atribuído aos objetos achados. O restante das peças encontradas pertencem à União. Mas, para Narbal o mais importante é o retorno para a sociedade. "Nós não pretendemos ficar ricos com as relíquias descobertas no naufrágio, mas sim contribuir para a cultura brasileira", avalia Narbal.

Para que os bens resgatados tenham valor histórico, as normas estabelecidas pela Marinha do Brasil devem ser respeitadas. Todas as etapas, desde a pesquisa até a remoção, realizadas no sítio arqueológico subaquático dos Ingleses são acompanhadas por Luiz Octávio de

Castro Cunha, arqueólogo subaquático e responsável pelo Espaço Cultural da Marinha. Além dele, Luiz Fernando de Castro Cunha, arqueólogo, também participa e acompanha o projeto. A coordenação, o controle e a fiscalização das operações são exigências regulamentadas pelas Normas de Autoridade Marítima - Norman. Caso haja infrações da lei que regulamenta a arqueologia subaquática, os responsáveis podem ser indiciados de acordo com o Código Penal.

Narbal antecipa que na área autorizada, há mais dois naufrágios localizados e indícios outros dois. Uma das embarcações foi encontrada na praia da Cachoeira do Bom Jesus e a outra na Ponta do Rapa - na praia Brava. A fase de pesquisa histórica e sobre as características dessas embarcações já foi iniciada. "Nós temos que explorar esses naufrágios logo, pois há pessoas que estão roubando objetos dessas embarcações", adverte. Narbal conta que no verão alguns argentinos levaram relíquias submersas, como telhas francesas, pertencentes ao naufrágio da praia da Cachoeira do Bom Jesus. A equipe do projeto pretende continuar a exploração desses novos sítios arqueológicos depois que terminarem os trabalhos na praia dos Ingleses. A previsão é que isso ocorra em três anos.

A Lei nº 7542, de 26 de setembro 1986, estabelece que a exploração arqueológica subaquática deve ser concedida pelo Ministério da Marinha. Conforme a lei, qualquer pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira, pode obter autorização para as operações de pesquisa, exploração e remoção. Os interessados devem comprovar experiência no campo de atuação e responsabilizar-se pelos atos perante a autoridade naval. (GT)

BRASILEIRO

HISTÓRIAS DA GUERRA DO IRAQUE



Fotos: Juca Varela/Folha Imagem

Aprender a carregar o colega nas costas caso fosse ferido foi uma das noções de primeiros socorros passadas a Sérgio Dávila antes de encarar o Iraque de perto

Z - Como foi que surgiu o trabalho de cobrir a Guerra do Iraque?

Sérgio Dávila - Na verdade, eu estava passando por acaso pela redação para comunicar que já estava de volta a São Paulo quando recebi o convite da direção de redação da *Folha*. Convite, friso, pois não é uma pauta que você mande alguém. Pelo que me falaram, eu e o Juca fomos os primeiros nomes a serem convidados.

Z - Segundo José Hamilton Ribeiro, na apresentação do seu livro, "o que leva um jornalista à guerra, é, um pouco, vaidade; um pouco, aventura; um pouco, ambição profissional; muito do espírito missionário, romântico e justiceiro da profissão". No seu caso, algum desses motivos falou mais alto que os outros ou tem alguma outra razão, além dessas, que tenha feito você partir para o Iraque?

SD - Concordo verbatim com ele. Se tivesse que colocar em ordem de importância o que me levou a Bagdá, diria que foi primeiro o tal espírito missionário, depois a aventura, terceiro a ambição profissional e por fim a vaidade.

Z - Como você se preparou para o trabalho, ainda no Brasil?

Sérgio Dávila - Com o tripé de leituras (li mais de dez livros, além de reportagens, estudos e material na Internet), mais preparação física (vacinas e curso de sobrevivência na guerra), e ainda conversas com correspondentes veteranos, como o próprio José Hamilton, mas também Leão Serva, Kenedy Alencar, Igor Gielow.

Z - Do curso de preparação para cobertura jornalística em zona de conflito, qual foi o ensinamento que você mais praticou enquanto esteve no Iraque?

SD - Noções de primeiros socorros, o que mais me marcou foi aprender a carregar o Juca caso ele fosse atingido por uma bala ou bomba e como proceder num tiroteio.

Z - Antes de partir, e mesmo enquanto esteve lá, você e o Juca ouviram vários conselhos de colegas de profissão, como "voltem vivos para contar a história" e "planejem desde o início uma rota de fuga". O que você diria hoje para um jornalista que estivesse partindo para a cobertura de uma guerra?

SD - Diria tudo o que foi dito a nós e outras três coisas importantes que não disseram: primeiro, planeje quanto dinheiro vivo quer levar e leve o dobro; depois compre e leve um pequeno gerador elétrico portátil;

por fim tenha os vistos de todos os países vizinhos ao que vai estar em conflito.

Z - Qual foi o momento mais difícil enquanto você esteve no Iraque? O que você pensou?

SD - Nunca pensei em desistir. O momento mais difícil foi a primeira fuga de Bagdá e a conseqüente volta a uma cidade já sem governo, lei e comando.

Z - Como você avalia a cobertura da guerra pelos jornais e agências internacionais? O que você leu foi realmente aquilo que vocês viam no Iraque?

SD - Como estava lá no meio do furacão, não li o que saiu por aqui nem o que as agências deram. Na volta, não quis ler para não me influenciar ao escrever o livro.

Z - No livro, você descreve algumas torturas que os iraquianos sofriam da polícia do governo Saddam Hussein. Como você julga aquelas fotos que mostram os iraquianos ainda sendo torturados - só que agora pelos soldados americanos?

SD - Pobre do povo iraquiano, saiu de uma ditadura para cair vítima do imperialismo...

Z - O que você achou da captura de Saddam Hussein pelos americanos?

SD - Cinematográfica, como imaginei que eles fariam questão de fazer.

Z - O que mudou na sua vida profissional depois dessa cobertura?

SD - Tudo mudou. A cobertura foi um divisor de águas em minha carreira. Tenho outro status dentro e fora da redação, e isso fez com que minha vida melhorasse em todos os sentidos.

Z - Você atua em áreas bastante diversas. Como é fazer reportagens de música ou cinema e, num curto período depois, cobrir política internacional?

SD - Acho que o bom jornalista está atrás de boas histórias, sejam elas uma coletiva do Lula, uma guerra ou o último cd do Caetano Veloso.

Z - Você considera esse trabalho em áreas diferentes mais complicado que se especializar em uma editoria apenas, ou não?

SD - Considero mais complicado, mas mais prazeroso, não conseguiria ficar fazendo reportagens apenas da política de juros do Banco Central, por exemplo...

Emilia Chagas

Dois segundos. Foi o tempo necessário para o fotógrafo Juca Varella, de 39 anos, pensar se aceitava ou não o convite do jornal *Folha de São Paulo* para cobrir a Guerra do Iraque. "Só o tempo de retomar minha respiração... Não tive dúvidas em nenhum momento", lembra. Com 18 anos de profissão, Varella já participou da cobertura da morte de PC Farias e seu envolvimento com a Máfia Italiana, do assassinato de 19 sem-terra em Eldorado dos Carajás, das Copas do Mundo de 1998 e 2002 e da Olimpíada de Sydney, em 2000.

ZERO: O José Hamilton Ribeiro, no prefácio do livro, falou que o que leva um jornalista à guerra é muito do espírito romântico da profissão, um pouco de vaidade, ambição, aventura e uma pitada de falta de juízo. E pra você, o que leva um jornalista à guerra?

Juca Varella: Para mim é o desafio que representa esse tipo de cobertura. Sempre fui atraído por coberturas complexas, desafiadoras e de difícil execução. Desde pequeno, aos 15 anos, fotografava conflitos de rua, greves com quebra-quebra, acidentes e incêndios, mesmo sem publicar nada. Uma guerra reúne todas essas coisas. É o Olimpo do fotojornalismo. Mas concordo totalmente com a receita do José Hamilton, uma dose de falta de juízo tem que ter.

Z- Além de tomar várias vacinas, comprar equipamentos de proteção, que outra preparação vocês tiveram? Além da leitura do manual do *Repórteres Sem Fronteiras*, qual foi a preparação intelectual? Quanto tempo vocês tiveram pra falar se aceitavam ou não?

JV- Quando o jornal me convidou, disse que eu poderia pensar à vontade, e que poderia recusar o convite sem qualquer medo de retaliações. Pensei por uns 2 segundos, só o tempo de retomar minha respiração... Não tive dúvidas em nenhum momento. Os manuais que eu lia, as informações que conseguia obter via Internet e em conversas com outros jornalistas que já haviam estado em áreas de conflito foram uma grande fonte de informações, mas havia a necessidade de um preparo mais prático. Procuramos uma empresa, a NSA Security, em São Paulo que estava em fase final de preparação de um curso para treinar jornalistas para atuar em áreas de risco. A empresa acelerou a finalização do curso só por causa da nossa viagem e fizemos um final de semana de treinamento com bombas, armamentos, deslocamentos sob fogo, várias técnicas de proteção. Foi a única preparação prática que tivemos. A pesquisa em livros ficou por conta do Sergio Dávila. Ele comprou dezenas deles, até *As mil e uma noites*.

Z- Como foi a reação da família?

JV- Minha família conhecia minhas vontades. Sabiam que o desejo de cobrir uma guerra era algo inabalável, por isso ninguém me pediu para ficar. Me fizeram mil recomendações, mas admito o fato de que são eles os que mais sofrem. Meu pai varava noites vendo a CNN, até que teve uma crise de pressão alta. Minha esposa, Eliana, parou de ver noticiários na TV. Só assistia a amenidades e chorou muito. Na verdade somos uns grandes egoístas, nós jornalistas. Saímos em busca de nossos sonhos profissionais e não pensamos muito em quem fica com a preocupação.

Z- Você teve sensação de chegar lá e não saber o que fazer?

JV- Tive sim. A primeira delas aconteceu logo que chegamos a Bagdá, a poucas horas do início da guerra. Fomos ao hotel Al-Rasheed porque era nossa referência. O hotel estava vazio. Uma hora depois encontramos com um jornalista que nos disse que aquele hotel seria alvo dos ataques. O medo foi grande e a sensação de não ter muito o que fazer tomou conta da gente. Nessas horas tem que se manter a calma. Não pode deixar o medo virar pânico. O pânico é um medo descontrolado, situação na qual você não raciocina mais. Controlamos bem isso e conseguimos um carro para nos tirar dali e nos levar ao Hotel Palestine, onde ficamos.



Juca Varella, fotógrafo com 18 anos de profissão, considera uma guerra o "olimpico" do fotojornalismo, por ser uma cobertura difícil, complexa e desafiadora

Z- E o medo? Qual foi o momento mais arriscado?

JV- Tivemos vários momentos de muito risco, como bombas e mísseis que explodiam bem perto do ônibus que nos transportava, dos mísseis que caíam perto do hotel Palestine, de um míssil que caiu bem próximo ao Ministério da Informação durante uma entrevista coletiva... etc.etc.. Mas o momento de maior risco foi, sem dúvida, nossa fuga de Bagdá, depois de 15 dias sob guerra. Transitamos por uma rodovia que ligava Bagdá a Amã, na Jordânia, que estava toda bombardeada, com inúmeros carros civis destruídos. Foram 600 km de muito risco até a fronteira. A qualquer hora poderíamos ser atacados por terra ou pelo ar. Muitos jornalistas já haviam morrido dessa forma, e isso não saía de nossas cabeças durante esse trajeto.

Z- Como você disse, vários jornalistas morreram durante a guerra. Alguma hora vocês acharam realmente que iam morrer?

JV- Essa sensação me acompanhava o tempo todo. Tinha noite que eu achava que não amanheceria o dia vivo, principalmente no início da guerra, com o bombardeio massivo que acontecia durante a noite. Os mísseis caíam bem perto do hotel. Se um deles errasse o alvo e caísse mais perto, adeus. Sabíamos disso. Mas eu só pensava em trabalhar... Só pensava em fotografar tudo aquilo, não deixava espaço na cabeça para essas sensações. Eu "desplugava".

Z- Há suspeitas de que os americanos acertaram intencionalmente o hotel onde alguns jornalistas estavam. Você também acha isso?

JV- Não acredito nessa hipótese, apesar de ter sido bem argumentada por alguns analistas. O que penso é que houve uma confusão mesmo. A câmera foi confundida com armamento. Isso é possível. Fizemos esse exercício na prática e essa confusão acontece realmente. Soma-se isso ao fato das tropas estarem tomando Bagdá naquele momento, sob alguma resistência. O operador do tanque que fez o disparo se precipitou. Ele tinha toda a condição (visual e tecnológica) para saber que aquele era o hotel Palestine e que estava cheio de jornalistas, mas mesmo assim disparou. Matou, pediu desculpas e ficou por isso mesmo.

Z- Qual a diferença entre fazer a cobertura da guerra durante o governo de Saddam Hussein e depois de sua queda?

JV- Durante a cobertura, quando ainda havia governo iraquiano, nossas atividades eram rigorosamente controladas por agentes do governo de plantão no Palestine, nas ruas, em volta do Ministério da Informação. Nosso motorista e nosso guia

também faziam esse serviço de controle. Depois da queda do regime ficamos como uns párias... Não tínhamos mais o controle e proteção do governo iraquiano, tampouco éramos credenciados pelos norte-americanos. Podíamos circular livremente pela cidade, só que com o caos que se instalou em Bagdá depois da ocupação, essa livre circulação era muito perigosa.

Z- Houve algo que vocês acharam que ia ser muito difícil, e acabou sendo fácil?

JV- Foi fácil entrar com o telefone satelital, apesar de arriscado. O telefone acabou entrando por causa de um (chocolate) toberone que o fiscal recebeu como suborno. E foi uma peça fundamental para nossa cobertura.

Z- Como foi a decisão de fazer o livro? Dos dois? Quando?

JV- A idéia surgiu mesmo na volta, depois que saímos de Bagdá. Chegamos em Amã e já havia e-mail da DBA nos convidando para escrever o livro. Material a gente sabia que não faltava. No avião, na volta, "arredondamos" a idéia.

Z- Você perdeu alguma imagem que poderia ser "a" imagem, que realmente fez falta?

JV- Eu fiz essa foto sim, talvez a foto mais importante de minha carreira de 18 anos como repórter-fotográfico. Entretanto senti muito não poder estar nos locais atingidos por mísseis na hora em que eu queria. Os deslocamentos eram sempre feitos através de ônibus do Ministério da Informação. Eu sabia assim eu estava perdendo muita imagem boa, imagens "quentes" dos resultados dos fortes ataques. Sabia que estava perdendo fotos marcantes, mas não podia fazer nada, a não ser controlar minha ansiedade. Qualquer tentativa de se chegar aos locais bombardeados por conta própria poderia significar, na melhor das hipóteses, minha expulsão do país, aí seria o fim da cobertura, o fim da minha pauta. E eu não queria isso de forma alguma. Por isso, quando me perguntam qual foi a melhor foto que fiz, respondo que a melhor foto eu deixei lá... Não me deixaram fazer.

Z- O que mais te marcou? Dá pra ser publicado?

JV- Um das cenas mais marcantes aconteciam quando chegávamos aos locais bombardeados, principalmente quando civis eram atingidos. Os corpos já haviam sido retirados, mas "esqueciam" algumas partes, como partes de cabeças, braços, mãos, massa encefálica... Isso ficava pelo chão, pelas paredes... Crianças pisavam sobre restos humanos... Isso me marcou muito.

Z- Você faria de novo uma cobertura dessas?

JV- Faria, sem dúvida. Eu sou uma pessoa de muita paz, mas concordo novamente com o Zé Hamilton Ribeiro quando

ele diz que as guerras não são bem-vindas, e seria bom que elas não existissem. Mas elas existem e existirão. Fazem parte da nossa civilização. E se elas existem, é bom que existam sempre jornalistas por perto. Na medida do possível eu gostaria de ser um desses poucos jornalistas que estarão por perto.

Ana Carolina Dionísio



ENTRE A CÂMERA E O CAPACETE

O manual da televisão *hi-tech*

Obra que supre a falta de títulos nacionais sobre TV digital interativa é resultado da parceria entre emissoras e universidades

Em 1997, televisores americanos começaram a receber sinal digital de áudio e vídeo, depois de planejarem por cerca de 8 anos a transição tecnológica; enquanto isso, no Brasil, não existia livro em português sobre TV digital até o lançamento, em maio deste ano, de *TV Digital Interativa – conceitos, desafios e perspectivas para o Brasil*, escrito pelo jornalista Valdecir Becker, o engenheiro Carlos Montez e pela estudante de Jornalismo da UFSC Luciana Osório. A idéia de escrever o livro surgiu da dificuldade com que os autores se depararam para encontrar material informativo sobre o assunto. Pesquisadores do projeto I2TV, um consórcio entre universidades e emissoras de televisão de várias partes do país que pretende desenvolver e testar ferramentas para TV digital interativa, Becker e Montez não achavam títulos de livros em português para indicar a bolsistas ou pessoas interessadas em TV digital.

Após dois anos de atuação no projeto, aceitaram o desafio de fazer um livro introdutório sobre TV digital, baseando-se em livros técnicos, sítios estrangeiros e intercâmbio com outros pesquisadores. “Havia uma grande brecha entre o interesse das pessoas pelo assunto e a publicação de textos, não só em português como em outras línguas também”, explica Montez. O tema é amplo: abrange a mudança do padrão de TV analógico para o digital, interatividade, inclusão digital e o debate sobre como o conteúdo do veículo televisivo vai se adaptar à nova tecnologia. Os autores entrevistaram onze especialistas em TV digital entre cientistas, estudiosos e empresários de comunicação, para montar um panorama de como outros países planejam essa transição e de quais são os obstáculos que o Brasil vai encontrar durante o processo.

Visões diferentes - As entrevistas com especialistas foram sugestão de Becker. O objetivo era reunir vários pontos de vista diferentes, o que é necessário para que se possa compreender alguns pontos polêmicos da transição tecnológica que vêm adiando o processo no Brasil. Há falta de consenso entre diversos setores da sociedade (governo, empresas de comunicação, pesquisadores e especialistas em tecnologia) quanto a qual seria o melhor caminho. “As empresas acham que devemos acatar qualquer forma de transição o mais rápido e com menor custo possível. Para o governo é a de que a TV digital tem que gerar inclusão digital”, comenta Becker. As opções são muitas: adotar um dos três padrões de TV digital já desenvolvidos por pesquisadores estrangeiros ou criar um padrão com tecnologia nacional; priorizar a inclusão digital ou simplesmente encerrar a transição como um processo de evolução tecnológica, assim como foi a introdução da televisão em cores na década de 70. Atualmente, existem os padrões mais conhecidos são: ATSC (americano), DVB (europeu) e ISDB (japonês).

“Dependendo do especialista que se consulta, até mesmo o conceito de alguns termos pode ter significado diferente”, diz Montez. Um engenheiro de telecomunicações entende que TV

digital é o padrão de modulação do sinal para ser transmitido, ou seja, para ele a discussão está centrada em qual seria o melhor padrão a ser adotado pelo Brasil. As emissoras têm duas preocupações: a reformulação do modelo de negócios e do sistema de produção de conteúdo. Tanto a forma com que a emissora vende seu espaço para anunciantes quanto a programação que ela oferece devem ser adaptadas à nova tecnologia. “A emissora se pergunta se vai ter que comprar uma câmera nova, se vai ter que jogar todo o equipamento fora, se vai poder aproveitar as câmeras digitais, essas coisas”, explica Montez. Já os cientistas da comunicação se interessam nos *softwares* que permitem convergir as mídias, ou ainda nos equipamentos (set-top-boxes) que convertem o sinal para que ele possa ser recebido por aparelhos receptores analógicos.

10 anos de atraso - No início de 2000, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) começou a testar os modelos americano, europeu e japonês. No relatório final, foi tomada a decisão de descartar o padrão de modulação americano, que obteve mau desempenho na recepção doméstica. Em 2002, o governo pôs o assunto em sua pauta de discussões e assumiu a responsabilidade pela transição digital. Desde 1994 o Grupo ABERT/SET, formado pela Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão (ABERT) a Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão (SET), realizam testes com os diversos padrões desde 1994. O projeto Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD), criado em novembro de 2003, pretende definir no prazo de um ano quais as diretrizes finais. Se o Brasil vai adotar a interatividade, se irá desenvolver um padrão próprio ou seguir um dos já existentes. Fazem parte do comitê 23 instituições que representam setores envolvidos: são associações de profissionais de veículos de comunicação, das empresas, de defesa do direito do consumidor e de indústrias. Ricardo Benneton Martins, diretor de TV digital da Comissão de Pesquisa e Desenvolvimento (CPQD), conta no livro que a prioridade do governo é evitar que a transição se dê por tentativa e erro, como ocorreu na Europa.

Liliana Nakonechnyj, diretora da Divisão de Engenharia de Telecomunicações da Globo, afirma que a rede está preocupada com o cronograma do governo para definir o sistema brasileiro de televisão digital. Sua proposta é a de baratear, com a ajuda de subsídios do governo, os componentes necessários para a recepção e a transmissão do sinal para que toda a audiên-



Desafio brasileiro é qual sistema adotar

cia possa participar da transição. O pesquisador Guido Lemos de Souza Filho, coordenador do I2TV, o Brasil começou a discutir o tema com 10 anos de atraso. Entre os maiores desafios está a produção de aparelhos baratos que possibilitem acesso à nova tecnologia e com a formação de especialistas na área.

Interatividade - No Brasil, 90% dos lares possuem aparelho de televisão e, muitas vezes, esta é a principal fonte de informação da população. Nesse cenário, a abrangência da TV poderia dar impulso ao que é um dos maiores desafios do país: a inclusão digital. Uma ferramenta que possibilitaria diminuir essa exclusão é a TV digital e interativa,

e esse é um dos pontos centrais do debate da SBTVD, como esclarece o livro de Becker e Montez. A TV digital tem um conceito geral, que é a transmissão digital de sinais audiovisuais. Traz vantagens como a compactação do sinal (que possibilita a transmissão de 8 sinais em bandas em que são transmitidos apenas um) e a diminuição de interferências entre os sinais, que permite alta qualidade de imagem e som.

Fora essas vantagens técnicas, a TV digital pode ter um forte impacto social, se todos os seus recursos forem explorados, em especial o da interatividade. “A TV Digital interativa pode não ser a escolha mais barata, mas eu diria que é a mais democrática. É a que possibilitaria que mais gente tivesse acesso à *web*. Se 20% da população viesse a ter acesso a internet, seria muito bom para nós”, afirma Becker. Apenas 7,5% da população brasileira utilizam a rede mundial de computadores – nos Estados Unidos, são 64%. A TV interativa permite que o telespectador escolha o que quer assistir do ângulo que preferir. Ou ainda, em estágio mais avançado, atua como um computador conectado a internet, num nível de interatividade em que todos os usuários são capazes de produzir conteúdo e transmiti-lo.

Chamada para pesquisadores - O Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério das Comunicações publicaram em maio edital que oferece bolsas de pesquisa para a área de TV digital, em um total de R\$ 50 milhões de reais em investimentos. O objetivo é cadastrar instituições de ensino e pesquisa sem fins lucrativos para financiar os projetos na área de TV digital. Isso aumentou o interesse de pesquisadores. No Curso de Jornalismo da UFSC, existe a proposta de criar um núcleo de TV digital interativa, com o objetivo de pesquisar formatos e produzir conteúdo para o novo suporte de comunicação. Professores do curso já desenvolveram pesquisas na área. Fernando Crócomo tem como tema de doutorado o projeto *Marint*, em que estudantes de escolas públicas de Santa Catarina enviavam vídeos produzidos por eles aos canais de TV da UFSC e da TV Cultura do estado. Fazem parte do núcleo ainda os professores Carlos Locatelli e Francisco Karam, que desenvolvem pesquisas na área de políticas de comunicação. O Núcleo de TV Digital Interativa foi aprovado em reunião do Colegiado do Curso e espera aprovação do Centro de Comunicação e Expressão.

Camille Bropp



Montez e Becker: livro pioneiro na área

Aumenta que isso é róque!

Os irmãos Panarotto, da banda chapecoense Repolho, conquistam a crítica e se preparam para lançar seu novo disco, o *Vol. 3*

Os irmãos agitadores da Banda Repolho, de Chapecó, estão como sempre, produzindo muito e movimentando o oeste catarinense. Após lançarem *Irmãos Panarotto em: 2 Violão e 1 balde*, o primeiro disco sem a Repolho, estão com um segundo "trabalho solo em dupla" quase pronto, para continuar a produção em família. Antes, porém, os Panarotto devem aparecer em *Vol. 3*, disco que a Banda Repolho prevê lançar no segundo semestre de 2004.

A boa repercussão de *2 Violão e 1 balde* na mídia especializada e entre artistas do eixo Rio-SP chamou atenção para a produção musical independente do oeste de Santa Catarina, que mantém-se influenciada pelos porto-alegrenses. Roberto Panarotto se diz surpreso com as críticas, e brinca dizendo que "não era pra ninguém gostar deste disco".

O antropólogo e crítico musical Hermano Viana elogiou *2 Violão e 1 balde* em entrevista à revista *Trip*, classificando-o como "um dos discos mais pop dos últimos tempos".

O álbum é uma reunião de músicas escritas por Demétrio e Roberto Panarotto e parcerias: com Marcelo Birck (ex-Graforrêia Xilarmônica, de Porto Alegre-RS), Eric Thomas (músico e compositor chapecoense da década de 80 e 90) e Leandro Blessmann, o "Benga", músico-personagem do rock gaúcho, citado em várias canções da Graforrêia.

Os Panarotto regravam também canções de Tyto Livi e Gilmar Guerreiro, compositores chapecoenses das décadas de 70 e 80, respectivamente. Foram revisitadas: *Memórias de um certo louco*, de Tyto, e *Chimarrão*, de Guerreiro.

Sempre bem humorado, Roberto diz que "este é um disco independente – do que os outros vão achar". Algumas composições são recentes, outras têm mais de dez anos – são músicas que os Panarotto apresentavam em pequenos shows na faculdade de Letras em Chapecó.

As canções de *2 violão e 1 balde* soam uma produção diferente dos discos da Repolho, usando efeitos digitais na ambientação, distorcendo vozes e usando bases eletrônicas em algumas músicas.

Apesar da Banda Repolho ter explorado efeitos digitais em *Vol. 2*, produzido por Edu K (autor do hit *Popozuda*), em *2 violão e 1 balde* os timbres são outros, trazendo também na sonoridade nova o conteúdo artístico do disco "solo". Outra diferença em relação à Repolho está nas letras, que não se prendem exclusivamente ao cotidiano de Chapecó.

Tudo ao mesmo tempo – As canções *Barroca do sapo pintado* e *Chinelo véio*, dos tempos de faculdade, voltaram ao repertório quando a Banda Repolho desmantelou-se com a ida do baixista Paulo Nadal para Curitiba, em 1998. Sem banda, os irmãos pensaram em gravar músicas que até então não imaginavam gravar, principalmente pelo fato destas músicas terem a estética um pouco diferenciada em relação à "sátira colona cotidiana" da Repolho.

O disco, com estas composições "perdidas" foi idealizado, mas interrompido para a gravação do *Vol. 2* da Banda Repolho. Este disco, lançado em 2001, começou a ser produzido em janeiro de 1999 e teve a participação de músicos convidados (entre eles Frank Jorge, ex-Graforrêia e Cascavelletes, tocou baixo), já que a Repolho ainda não estava totalmente reativada.

O *Vol. 2* impulsionou a reestruturação da banda, que recebeu o chapecoense Michel Marcon para assumir definitivamente o baixo e voltar a fazer apresentações em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Enquanto isso, os Panarotto reativavam seu projeto paralelo. "Chegamos a imaginar este disco como um disco da Repolho" admite Roberto. Mas com a volta da banda à ativa, lançar os Irmãos Panarotto pareceu uma boa jogada. A banda seguiu em shows esporádicos, e os Panarotto criaram *2 Violão e 1 balde* em estúdio para lança-lo no final de 2003.

A gravação foi também uma reunião de amigos. O músico e produtor Marcelo Birck grava a Repolho desde o pri-

meiro disco (*Vol. 1*, 1997) pelo seu selo, Grenal Records.

Outro parceiro nesta reunião, desde o *Vol. 1*, é o produtor e músico Thomas Dreher, que junto com seu irmão Gustavo gravaram boa parte dos discos mais expressivos que produzidos em Porto Alegre nos anos recentes, como os dos grupos Cachorro Grande, Bidê ou Balde, Júpiter Maça, Graforrêia Xilarmônica entre outros.

Um volume após o outro – Como é um disco de entre-temporada da Repolho, *2 Violão e 1 balde* é o volume 2,5. Assim consta na discografia, mas é uma obra paralela. Roberto garante que a continuação do projeto *Irmãos Panarotto* já está planejada, arquitetada e anunciada. Logo, uma nova aventura de produção fonográfica dos chapecoenses e seu time de ratos de estúdio estará à disposição dos fãs, muitos deles ilustres.

A banda carioca Los Hermanos, em turnê por Santa Catarina, desviou sua rota até Chapecó para conhecer os irmãos. Marcelo Camelo, vocalista dos Hermanos, conhece a obra da Repolho desde as fitas cassette demo. Recebeu uma no Rio de Janeiro, em 1995, quando publicava o fanzine *Downstraw*, na Faculdade de Comunicação da PUC-RJ.

Na época do encontro, Los Hermanos estavam estourados nas rádios com *Anna Júlia*, e preparando a gravação do



segundo disco, *O bloco do eu sozinho*. Ano passado a Banda Repolho abriu junto com Pipodélica o penúltimo show dos cariocas em Florianópolis. Nesse show houve um problema de palco na primeira música dos Hermanos, que foi interrompida. Enquanto conservava-se o tablado, Marcelo Camelo cantou só com guitarra, logo acompanhado pela bateria, "Metaleiro sem parar", da fita demo e "Campo e Lavôra", de 1995, regravada em *Vol. 1*.

No centro de Chapecó, desde mendigos até senhores engratados, crianças, casais, todos cumprimentam Roberto, que ainda é chamado de "morcego" por alguns, devido ao programa de televisão que apresentava para a região oeste de SC, o "Vôo do morcego".

Graças à amizade entre Repolho e Graforrêia Xilarmônica (bandas fãs uma da outra), fixou-se um elo de comunicação constante com Porto Alegre, que vem influenciando as bandas chapecoenses a cantarem composições próprias e o que é melhor – inspiradas numa cultura local peculiar, criando assim um estilo, que alguns já chamam de "róque chapecoense". O "róque" é uma piada com o sotaque italiano predominante na região, que reforça a pronúncia do "r".

Nenhum circulando – Atualmente, Roberto vive em Chapecó e Demétrio em Florianópolis. Ambos estão conciliando os shows da Repolho, a produção de *Vol. 3* e os cursos de pós-graduação. Roberto costuma organizar shows de outras bandas em Chapecó, geralmente sem ganhar nada. "Pra ver os amigos felizes", como ele mesmo conta. O blog www.agitocombalalauu.blogspot.com.br, que Roberto administra, serve de painel para divulgação de bandas e shows, principalmente em Chapecó e Porto Alegre. O terceiro disco da Banda Repolho está em fase final de mixagem, que é basicamente o acerto de volume entre os instrumentos e a voz. Segundo Demétrio, falta um arranjo de flauta e alguma produção final, "barulhos". Depois os irmãos Thomas e Gustavo Dreher farão o último tratamento, a masterização, e o disco estará pronto para ser lançado. Sobre a continuação de *2 Violão e 1 balde*, Roberto faz mistério, mas anuncia maroto: "Vem mais por aí".

Marco Britto



Irmãos Panarotto em *2 violão e 1 balde*: a música underground catarinense em verso e deboche

Independente, do que os outros vão achar

"É na barroca que o galo canta, e nesse baile até defunto se levanta". Assim os Irmãos Panarotto anunciam a festa em *2 Violão e 1 Balde*. O verso é da terceira canção, *A barroca do sapo pintado*, que beira a psicodelia numa enumeração caótica de nomes, lugares e gírias do oeste catarinense. Já desde a primeira música, o deboche, marca registrada da dupla, dá o tom do disco. Há deboche, mas também há crítica – mesmo que não esteja explícita. Há que se prestar atenção, pois a leitura errada neste caso é muito fácil, e se isso acontecer os Irmãos Panarotto debocharam de você também.

Todas as canções partiram do formato violão e balde (mesmo), e no estúdio foram acrescidas de guitarra, baixo, bateria e vários outros instrumentos. Eles misturam ritmos, variando entre vanerão e *funk* (*Funknerão*), pop rock (*2 Violão e 1 Balde*), balada (*Nunca mais vou amar alguém*), e algumas canções típicas de violão, em clima gauchesco (*A barroca do sapo pintado*, *Chinelo véio*). No vocal, sempre o sotaque caricaturizado do oeste, que reforça as letras "r" e "l" principalmente.

Usando metáforas e duplos-sentidos, as

letras apresentam situações hilárias, devido à interpretação dos autores. Na música de abertura por exemplo, *2 Violão e 1 Balde*, nota-se um trocadilho que serve de pista para escutar o disco: no trecho "fui passar as férias pelado, não levei o protetor, levei 2 Violão e 1 Balde, e arranjei um novo amor", o pelado refere-se ao sujeito sem dinheiro, e não sem roupas. O protetor é simplesmente uma gozação com os colonos, geralmente branquelos, que sofrem cada vez mais com a diminuição da camada de ozônio.

Um exemplo de crítica está na sexta canção, *Os produtor e os cagalhão*, que reclama dos ditames da indústria fonográfica, quando o refrão canta "por que que música moderna tem de ter refrão? Pra agradar o produtor e os cagalhão" (este último trecho cantado maliciosamente com sotaque carioca).

Há uma canção mais "séria" comparada às demais: *Nunca mais eu vou amar alguém*. É uma dor de cotovelo, uma canção de amor dos Panarotto, que é claro, também amam. Entre frases fortes como "Nunca mais eu vou amar alguém que goste só de mim mais de ninguém. Você partiu e me deixou, hoje nas outras que eu procuro

teu amor. É o preço que se paga por amar como eu amei", os arranjos melódicos são cantados por Roberto e Demétrio em *la la las* debochados.

A última faixa, com incríveis 28 minutos e 44 segundos de duração, começa com uma singela declaração de afeto tocada e cantada por Leandro Blessmann, o "Benga", que homenageia Chapecó: "quando eu não tiver forças, para continuar, viverei numa terra que tenha prazeres pra se desfrutar. Já não vejo a hora em que eu possa sentir, toda felicidade de estar ao teu lado pertinho de ti. Benga, Benga. Benga foi pra Chapecó". A canção em voz e violão dura aproximadamente dois minutos e segue depois uma sessão engraçadíssima de colagens sonoras, que incluem conversas durante a gravação do disco, narrações sinistras que parecem ter sido tiradas da tevê ou rádio, e até Demétrio Panarotto aos dois anos de idade recitando poemas para sua mãe. Vale a pena parar e ter essa experiência pelo menos uma vez. Fazendo um disco "independente do que os outros vão achar", como ironiza Roberto, os Panarotto deixaram um clássico para a música underground brasileira, e seguem como forte influência em Santa Catarina e no Brasil. (MB)

Reportagem sobre morte de Herzog em porção da DOI-CODI é finalmente publicada

Veja on-line

Vladimir Herzog, 38 anos, casado, dois filhos, jornalista e professor da Escola de Comunicação e Artes da USP, sabia desde a segunda-feira, dia 20, que estava sendo procurado pelos órgãos de segurança de São Paulo. Avisado pelo pai de um amigo já detido havia dias em dependências do II Exército de que seu nome havia sido citado em interrogatórios, nem por isso "Vlado" - como os amigos o chamavam - alterou sua rotina de trabalho: chegar às oito da manhã na TV Cultura, onde era diretor do Departamento de Jornalismo, e sair por volta das dez de noite, depois que o principal programa noticioso fora levado ao ar.

Não tendo sido procurado até a manhã de sexta-feira, dia 24, combinou com a mulher, Clarice, e os filhos Ivo, de 9, e André, de 7, uma viagem ao sítio do casal em Bragança Paulista. "Quero passar um fim de semana idílico com a família", confessou aos amigos.

Isso não foi possível. Pouco antes das 21h30, chegaram à TV dois agentes de segurança, dizendo ter ordens de levá-lo ao Departamento de Operações Internas do II Exército. Por interferência de diretores da empresa e de colegas de trabalho, entretanto, ele pôde passar em casa a que seria sua última noite.

Tranquilo e seguro- Vlado dormiu bem, a noite toda. Na manhã de sábado, acordou, barbeou-se, tomou banho e despediu-se da esposa com um beijo. "Ele estava tão tranquilo que nem me levantei para acompanhá-lo até a porta", diz Clarice. No caminho para o DOI, tomou café com leite num bar junto com Paulo Nunes, setorista da TV junto ao II Exército, que o acompanhava. E, ao chegar às oito horas diante do portão do DOI, à rua Thomaz Carvalhal, 1.030, apresentando-se voluntariamente, mostrava-se tranquilo e seguro.

No fim da tarde, Vlado estava morto. À noite, o comando do II Exército distribuiu nota oficial afirmando que o jornalista se suicidara na prisão. E o Instituto Médico-Legal, para onde o corpo foi inicialmente levado, atestou como causa mortis "asfixia mecânica por enforcamento". Vlado, segundo a nota, teria se enforcado com uma tira de pano, na sala onde redigira de próprio punho uma declaração em que admitia ser membro do Partido Comunista e em que citava outros jornalistas, alguns já presos.

Posteriormente, junto a laudos e fotografias distribuídos pelo II Exército para comprovar suas afirmações, foi divulgado que Vlado, para se matar, amarrara a extremidade superior da tira de pano numa grade a uma altura de 1,63 metro (um pouco inferior à sua própria estatura, de pouco menos de 1,70 metro).

Caixão fechado- O documento do II Exército, distribuído no fim da noite de sábado, foi seguido de nota do Sindicato dos Jornalistas, que lembrou: "(...) Perante a lei, a autoridade é sempre responsável pela integridade física das pessoas que coloca sob sua guarda". Mais adiante, o comunicado dizia: "O Sindicato dos Jornalistas, que ainda aguarda esclarecimentos necessários e completos, denuncia e reclama das autoridades um fim a esta situação, em que jornalistas profissionais, no pleno, claro e público exercício de sua profissão, cidadãos com trabalho regular e residência conhecida permanecem sujeitos ao arbítrio de órgãos de segurança, que os levam de suas casas ou de seus locais de trabalho e os mantêm presos incomunicáveis, sem assistência da família e sem assistência jurídica, por vários dias e até por várias semanas, em flagrante desrespeito à lei".

Somente às 16h30 de domingo o corpo de Vlado, vindo do IML, chegou ao Hospital Albert Einstein, onde foi velado. No IML, foi impossível a qualquer pessoa da família, inclusive à esposa, ver o corpo. "Ordens superiores", era a resposta.

Funcionários do IML também queriam o imediato sepultamento. Clarice exigiu o cumprimento do ritual judaico, que acabou ficando a cargo da Khebra Kadicha ("Santa Irmandade"), uma instituição humanitária da comunidade judaica encarregada de cerimônias fúnebres.

No velório, acompanhado por jornalistas, professores, atores, intelectuais, amigos e parentes de Vlado, além de políticos do MDB e do cardeal-arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, tudo o que Clarice conseguiu foi ver rapidamente o corpo, já vestido e dentro de um caixão. Em vão ela insistiu na obtenção de um segundo laudo médico - o

laudo do IML já fora divulgado pelo II Exército e as exigências legais, assim, estavam cumpridas. O caixão permaneceu fechado até o sepultamento, às 11 horas de segunda-feira.

Pressa - Mais de 1.000 pessoas compareceram ao enterro, em cerca de 300 automóveis que se alinham pela via Raposo Tavares até o quilômetro 15, onde fica o Cemitério Israelita do Butantã. Muitos deles ainda estavam estacionando e já as primeiras pás de terra eram lançadas sobre o caixão, posto rapidamente na cova. A pressa em terminar a cerimônia foi tal que, apesar dos gritos de protesto de Clarice e diversos outros parentes, não se esperou pela chegada de mãe de Vlado, dona Zora, para o início do sepultamento, como manda a tradição judaica.

Outro item do ritual, a lavagem do corpo para purificação, normalmente cumprida no cemitério, foi feita no hospital. Além disso, Vlado foi sepultado sem que o Kaddish - oração dos mortos - fosse proferido. Um cantor entoou a "Reza para Depois do Enterro", já com a presença de dona Zora, e tudo estava terminado. As últimas homenagens foram então prestadas: falaram um jornalista e uma atriz. Um padre católico pediu que os presentes se dessem as mãos, e todos rezaram o Padre-Nosso. Audálio Dantas, presidente do Sindicato dos Jornalistas, repetiu Castro Alves:

"Mas, que vejo eu aí?"

Que quadro d'amarguras! Que canto funeral!
Que létricas figuras! Que cena infame e vil.
Meu Deus! Meus Deus! Que horror!"

Muitas pessoas choravam, inclusive os quatro jornalistas libertados pelo DOI para irem ao enterro: Paulo Sérgio Markun, Anthony de Cristo, Rodolfo Konder e George Duque Estrada. Eles se reapresentaram no dia seguinte, terça, para - segundo informaram ao Sindicato autoridades do II Exército - "completarem seus depoimentos".

Solidariedade - Desde que a morte de Vlado foi anunciada, o Sindicato dos Jornalistas manteve atividade permanente. Realizaram-se assembléias, iniciou-se uma "vigília em defesa da integridade física dos jornalistas", foram feitos contatos com as autoridades militares e contratados advogados para os jornalistas

detidos - além dos quatro que foram ao enterro, Frederico Pessoa da Silva, José Vidal Pola Galé, Ricardo de Moraes Monteiro, Sérgio Gomes da Silva e Marinilda Marchi.

No correr da semana, foi solto Luis Paulo Costa, que sofre de osteomielite, e apresentaram-se ao II Exército Marco Antonio Rocha e Luis Weis. Rocha foi acompanhado pelo presidente do Sindicato dos Jornalistas e por Ruy Mesquita, diretor de O Estado de S. Paulo e Jornal da Tarde. Weis foi acompanhado por Audálio Dantas e por Mino Carta e José Roberto Guzzo, respectivamente diretor e redator-chefe de VEJA.

Além disso, o Sindicato e a família de Vlado recebiam mensagens de solidariedade de diversos Sindicatos estaduais e da Federação Nacional dos Jornalistas, que decretou luto oficial, da Associação Brasileira de Imprensa, que pediu ao governo uma investigação rigorosa de morte do jornalista, do Sindicato dos Atores Profissionais de São Paulo e diversas outras entidades, como a Frente Nacional do Trabalho e o Movimento Feminino pela Anistia.

A Ordem dos Advogados do Brasil decidiu solicitar a interferência pessoal do presidente da República para que sejam "rigorosamente apuradas" as circunstâncias em que ocorreu a morte e 30.000 dos 35.000 alunos da Universidade de São Paulo, onde Vlado era professor, paralisaram suas atividades, em sinal de pesar e protesto. Sexta-feira, realizou-se um culto ecumênico pela memória de Vlado, celebrado pelo carddeal de São Paulo, dois rabinos e um pastor.

Vlado, que nasceu no Iugoslávia, veio pequeno para o Brasil, em companhia de seus pais, Zigmund e Zora. Formado em Filosofia pela USP em 1959, seguiu no mesmo ano para Brasília junto com os pioneiros que montaram a sucursal de O Estado de S. Paulo na capital. Foi redator-secretário de um telejornal na antiga TV Excelsior, trabalhou três anos na BBC de Londres, foi editor de Cultura da revista Visão e, antes do atual cargo na TV Cultura, já fora secretário de redação do Departamento de Jornalismo. Sua família, que viveu também algum tempo na Itália, veio para o Brasil fugindo do nazi-fascismo. Ele era o único filho de dona Zora, já viúva.

